



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

**O TRABALHO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
NA ASSISTÊNCIA SOCIAL** - reflexões sobre desafios e possibilidades no Município de
São Gonçalo-BA

ANA RENATA PEREIRA MARTINS DA SILVA

CACHOEIRA - BA
2016

ANA RENATA PEREIRA MARTINS DA SILVA

**O TRABALHO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
NA ASSISTÊNCIA SOCIAL** - reflexões sobre desafios e possibilidades no Município de
São Gonçalo-BA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Sílvia Cristina Arantes de Souza.

CACHOEIRA - BA
2016

ANA RENATA PEREIRA MARTINS DA SILVA

O TRABALHO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA PROTEÇÃO SOCIAL
BÁSICA: REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS-BA..

Cachoeira – BA, aprovada em 01/03/2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Ms. Silvia Cristina Arantes de Souza
(Orientadora – UFRB)



Prof. Ms. Fabrício Fontes de Andrade
(Membro Interno – UFRB)



Prof.^a Ms. Márcia da Silva Clemente
(Membro Interno – UFRB)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que esteve presente nessa árdua caminhada. Peço-vos para conceder-me a serenidade necessária para aceitar as coisas que não posso modificar, coragem para modificar aquelas que posso e sabedoria para distinguir uma das outras.

Agradeço aos amigos por todo apoio e confiança depositados em mim. Às mensagens de apoio, os abraços apertados... simplesmente me acalmava e renovava as minhas forças para continuar a luta, agradeço também por compreenderem as minhas ausências e falhas.

Aos colegas da Universidade e aos grandes amigos que aqui formei “Turma do BEM”. Obrigada pelas tardes descontraídas, por cada gargalhada que demos juntos e por estarem sempre do meu lado nos momentos mais difíceis.

Agradeço a todos os professores, que agregaram muito nessa trajetória acadêmica e supervisores, (em especial Albany Mendonça, Silvana Farias, e Silvia Arantes) pela paciência e por compartilharem comigo seus conhecimentos e vivências no Serviço Social.

Minha gratidão aos meus colegas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e do CRAS de São Gonçalo dos Campos, por todo carinho e receptividade. Obrigada por acompanharem e guiarem meus primeiros passos nessa longa caminhada que pretendo trilhar.

Agradeço a minha família (vó Terezinha, tios, tias, primos) por toda ajuda e carinho de sempre. E por fim e não menos importante, eu agradeço a minha BASE (Tadeu, Ana, Renato e Wagner) não tenho como expressar essa gratidão. Eu só posso estar vivendo esse sonho, só posso estar tão feliz, porque antes de tudo eu fui feliz dentro de casa. Quando a nossa família nos apóia e nos incentiva, ninguém nos segura, pois nos tornamos muito mais fortes para o mundo!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA A PARTIR DA PNAS DE 2004	14
1.1. O trabalho social na proteção social básica	14
1.2. A Centralidade e o Papel do CRAS na Proteção Social Básica	16
1.3. Os profissionais que compõem a política de assistência social	26
2. A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS ..	36
2.1. O Município de São Gonçalo dos Campos	36
2.2. A Política de Assistência Social em São Gonçalo dos Campos	42
2.3. O CRAS do Município	46
3. O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO E OS DESAFIOS DO TRABALHO SOCIAL NO CRAS	54
3.1 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos no município	54
3.2 O trabalho dos profissionais que compõem a Proteção Social Básica: reflexões a partir da pesquisa de campo	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE	79
ANEXOS	81
Anexo I	82

INTRODUÇÃO

A constituição de 1988 é o pontapé inicial para a consolidação da Política de Assistência Social. Até então, o que tínhamos eram práticas isoladas e a partir daí criaram-se legislações que darão um suporte mais forte a essa política. Embora essas legislações se caracterizem como pontos importantes, elas não garantem que os profissionais atuantes na política as entendam e atuem a partir das diretrizes que são colocadas.

A assistência social, como toda política social, é um campo de forças entre concepções, interesses, perspectivas, tradições. Seu processo de efetivação como política de direitos não escapa do movimento histórico entre as relações de forças sociais. Portanto, é fundamental a compreensão do conteúdo possível dessa área e de suas implicações no processo civilizatório da sociedade brasileira. (SPOSATI, 2009, p.15)

Nesse sentido, percebe-se ainda um forte desconhecimento da ideia do que é essa política e do que está previsto nela. O que se caracteriza como um dos desafios para os profissionais dessa política; romper com essas concepções que existem desde o início da profissão do assistente social e que, pelo fato de se manterem tão presente até os dias atuais, acabam por construir barreiras na atuação não só desse profissional, mas de toda a equipe que atua na Política de Assistência Social. Essas barreiras acabam por limitar tanto a percepção da equipe profissional quanto a do sujeito que necessita daquela intervenção, ou seja, é compreensível que toda mudança seja decorrente de um processo e que a mesma não ocorre de maneira imediata ou mesmo simultaneamente, assim temos que práticas tidas inicialmente de maneira isolada, acontecem até hoje em muitos espaços sócio-ocupacionais, porque de certa forma os ideais que norteavam aquelas práticas também se mantêm presentes. Deste modo, é importante que mudanças no âmbito teórico-legal sejam ancoradas em novas bases ideoculturais para que atrelado a elas estejam às novas práticas.

Isso vai depender muito dos trabalhadores que compõem a rede e a gestão. Depende principalmente em fincar uma política que ultrapasse interesses políticos e/ou pessoais. O vínculo estabelecido com a comunidade - famílias e indivíduos - é algo extremamente importante para a fluidez de um trabalho qualificado. Ressalta-se também que o trabalho é baseado na convivência e fortalecimento de vínculos, não somente entre os sujeitos que integram a família, mas esse vínculo deve existir também entre profissionais e usuários. O estabelecimento desse vínculo resulta na humanização do atendimento. A partir do momento em que um vínculo é consolidado, é possível pensar em maior responsabilização do profissional na resolução das demandas do usuário e também no empoderamento desse usuário.

Outro desafio na atuação da Proteção Social refere-se à importância de profissionais e usuários entenderem que aquela política é direcionada a defesa intransigente dos direitos sociais. E quando nos referimos aos direitos, nos referimos àqueles de todo e qualquer cidadão, uma vez que a assistência social não se trata de uma política direcionada aos pobres, mas a quem dela necessitar. O problema é que a política por muitos anos foi taxada de uma *política pobre feita para pobre*. E o desafio, nesse sentido, está em transpor esse limite.

Novos desafios surgiram e ainda estão presentes. Especificar área de atuação para a assistência social significa romper com a hegemônica concepção de que é uma política de atenção aos pobres, aos necessitados sociais, aos frágeis e carentes. Esse modo de ver contém em si uma manifestação que aparta um segmento da população, recorta os cidadãos por níveis de renda e separa aqueles de baixa renda confinando-os em um aparato específico, como se suas necessidades fossem diversas daquelas do cidadão brasileiro (...). (SPOSATI, 2009, p.14)

É preciso entender que o brasileiro, independente do quanto ele ganha, de qual é a sua história, ele é um cidadão. Isso é muito difícil na assistência social, porque parece que ela é sempre vista de maneira verticalizada, como um grande guarda-chuva para atender as necessidades de um cidadão apartado dos demais. O desafio é conseguir

que essa política se coloque em igualdade com as outras sob o ponto de vista dos resultados.

Desta forma, o desejo de discutir o tema surgiu a partir da minha vivência no campo de estágio que se deu inicialmente na sede da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social e, posteriormente no Centro de Referência da Assistência Social, ambos sediados no Município de São Gonçalo dos Campos – BA. Naquele período, percebi que a Política de Assistência Social está inserida em processos de trabalho nos quais são discutidas possibilidades e desafios que vão além da atuação dos assistentes sociais, mas que dependem também de outros profissionais que integram o trabalho na assistência social, com enfoque para as demandas locais de inserção profissional. Demandas estas que implicam em mudança de visão dos sujeitos profissionais, que necessitam ter a capacidade de adaptar-se a essas situações, de forma a se estabelecerem como sujeitos co-partícipes, críticos e competentes, na construção do SUAS.

Considerando tudo isso, esse trabalho tem como objetivos investigar como a equipe multiprofissional percebe a Política de Assistência Social e como isso reflete na prática profissional e na representatividade do Centro de Referência de Assistência Social da cidade de São Gonçalo-Ba; bem como analisar o papel do CRAS dentro da política de assistência social no Município.

A metodologia adotada foi de pesquisa qualitativa, através de revisão bibliográfica, pesquisa documental, e pesquisa de campo com entrevista semi-estruturada, tendo como sujeitos profissionais que compõem a equipe técnica. Além de pesquisa de dados referentes ao município de São Gonçalo dos Campos, no site do MDS; junto ao DATA SOCIAL; IBGE; com coleta de informações na prefeitura, junto a profissionais da assistência social, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social; além de informações obtidas em conversas informais e por meio de observação participante¹.

□

¹ A observação participante se tornou possível porque faço parte da equipe que atua na política de assistência. Inicialmente estagiei na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, onde posteriormente fui contratada, e depois passei a trabalhar no CRAS onde atuo como orientadora social.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. Inicialmente apresenta-se a Assistência Social Brasileira a partir da PNAS de 2004, posteriormente explana-se a respeito da Proteção Social Básica no Município de São Gonçalo dos Campos, a partir do que está estabelecido como trabalho social para aquele nível de proteção. Ao final aborda-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e os desafios do Trabalho Social no CRAS.

O trabalho adota uma estrutura em que inicialmente é esplanada A Assistência Social Brasileira a Partir da PNAS de 2004. Enfatizando a importância do trabalho social na proteção social básica, a centralidade e o papel do CRAS na proteção social básica e os profissionais que compõem a política de assistência social.

Posteriormente, é focado a assistência social no município de São Gonçalo dos campos. Trás nesse momento um breve histórico do município de São Gonçalo dos Campos, como se organiza A Política de Assistência Social em São Gonçalo dos Campos e como é estruturado o CRAS do Município.

O último capítulo trata sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo e os desafios do trabalho social no CRAS. Nesse momento é exposto como se organiza o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos no município e como se caracteriza o trabalho dos profissionais que compõem a Proteção Social Básica, momento em que é trazido reflexões a partir da pesquisa de campo.

1 A ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA A PARTIR DA PNAS DE 2004

1.1 O trabalho social na proteção social básica

Inicialmente, é importante caracterizar o termo “básico” como aquilo que é fundamental e não como o que é simples, irrisório. Reconhecer o sentido basilar desse termo é potencializar a política e reconhecer o seu devido lugar na proteção social. Tal constatação pode ser referenciada na cartilha Parâmetro para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social (CFESS, 2007, p. 11) ao afirmar que “[...] básico é aquilo que é basilar, mais importante, fundamental, primordial, essencial, ou aquilo que é comum a diversas situações”. A proteção social na Assistência Social está dividida em dois níveis de complexidade: proteção básica e proteção especial, sendo que a especial, por sua vez divide-se em de média e de alta complexidade.

Conforme a PNAS (BRASIL, 2004), a Proteção social Básica deve garantir três tipos de seguranças aos seus usuários: (i) segurança de sobrevivência (renda e autonomia); (ii) segurança de acolhida e (iii) segurança de convívio familiar. Esse documento afirma que “[...] a proteção social básica tem como objetivos prevenir situações por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2004, p.33). Diante de tal afirmação pode-se concluir que a proteção básica tem caráter preventivo, protetivo e proativo, agindo em situação de vulnerabilidade social², evitando a fragilização de

□

² Na política de assistência social nós podemos observar que vulnerabilidade social e proteção social caminham juntas. No contexto brasileiro não dá para tratar da vulnerabilidade social sem tratar da Proteção Social. A vulnerabilidade social, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social, não tem a ver somente com as condições de vida das pessoas, mas também com as situações sociais onde as pessoas se encontram.

Em linhas gerais, a concepção de vulnerabilidade adotada pela PNAS considera que:

- Vulnerabilidade não é sinônimo de pobreza. A pobreza é uma condição que agrava a vulnerabilidade vivenciada pelos grupos sociais;

vínculos familiares e comunitários. Com vistas a definir os serviços socioassistenciais, entre eles os de Proteção Social Básica, a Resolução nº109/2009 instituiu a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, deliberando que a Proteção Social Básica deveria passar a ofertar três tipos de serviços: (i) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); (ii) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e (iii) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009). Desta forma, o PAIF objetiva proteger as famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, prevenir que os seus vínculos sejam rompidos e promover o acesso e a garantia dos direitos. As ações desenvolvidas neste serviço não devem possuir caráter terapêutico e sua implementação é de responsabilidade do município (BRASIL, 2009).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um serviço realizado em grupos de acordo com o ciclo de vida dos usuários. “Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária” (BRASIL, 2009, p.9), devendo estar articulado ao PAIF.

O Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas “[...] tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários” (BRASIL, 2009, p.16). Objetiva garantir direitos, gerar a inclusão social, equiparar oportunidades, promover a participação e o desenvolvimento da autonomia de pessoas idosas e com deficiência. Assim, “[...] o serviço deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e

□

- Não é um estado, uma condição dada, mas uma zona instável que as famílias podem atravessar, nela recair ou nela permanecer ao longo de sua história;
- É um fenômeno complexo e multifacetado, não se manifestando da mesma forma, o que exige uma análise especializada para sua apreensão e respostas intersetoriais para seu enfrentamento;
- Se não compreendida e enfrentada, tende a gerar ciclos intergeracionais de reprodução das situações de vulnerabilidades;

As situações de vulnerabilidade social não prevenidas ou enfrentadas tendem a tornar-se uma situação de risco.

a toda a rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas [...]” (BRASIL, 2009, p.16).

Deste modo, é possível reconhecer que os serviços de proteção básica visam atendimento à família, como também a indivíduos, em uma perspectiva geracional na tentativa de fortalecer os seus vínculos, entre os seus membros ou deles com a comunidade. O seu desenho neste formato permite atingir tanto a família como grupo ou seus integrantes em particular.

1.2 A Centralidade e o Papel do CRAS na Proteção Social Básica

De acordo com a PNAS (BRASIL, 2004) os serviços de proteção social básica devem ser ofertados primordialmente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), podendo ser oferecidos em outras unidades públicas de Assistência Social ou por instituições conveniadas, que, a partir da promulgação da Lei 12.101/2009, passaram a ser reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social, ficando sob a responsabilidade dos CRAS a gestão da proteção social básica no território e a execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Como principal equipamento da Proteção Social Básica, o CRAS [...] é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada a sua capilaridade nos territórios se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (BRASIL, 2009, p.9). Conforme está disposto nas Orientações Técnicas sobre o Centro de Referência de Assistência Social (BRASIL, 2009, p.9), o CRAS desenvolve serviços e ações que visam prevenir, proteger e promover os seus usuários e suas respectivas famílias. Além

disso, oferta exclusivamente o PAIF e é responsável pela gestão da rede socioassistencial de serviços de proteção básica no território, que são as suas funções exclusivas. Quem desenvolve as ações do PAIF é a equipe do CRAS, e a gestão territorial é de responsabilidade do coordenador, com o auxílio da equipe técnica. Nessa perspectiva, [...] o CRAS vai desenvolver proteção social básica que, como afirmamos anteriormente, objetiva o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a superação de vulnerabilidades que decorrem da pobreza, da exclusão e da violência social. Atuam na comunidade, com as famílias onde os vínculos estão preservados. Promovem, articulam e/ou executam o trabalho com famílias da comunidade que estão inseridas em programas diversos, como transferência de renda, socialização de crianças e adolescentes, grupos de convivência para idosos, entre outros.

Todo e qualquer serviço em nível de proteção básica desenvolvido fora do CRAS deve ser a ele referenciado e permanecer vinculado ao Sistema Unificado de Assistência Social (SUAS)³. Logo, “[...] o ponto focal da rede socioassistencial territorial local é o CRAS. Esta ação contribui para dar unidade aos objetivos e concepções do SUAS ...” (BRASIL, 2009, p.23). O CRAS deve prestar serviço, potencializando as mudanças significativas para a população, com a perspectiva de mudar suas condições efetivas e torná-la sujeito de sua própria vida. Desta forma, as ações desenvolvidas no

□

³ BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Sistema é composto pelo poder público e sociedade civil, que participam diretamente do processo de gestão compartilhada. Criado a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o SUAS teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da sua Norma Operacional Básica do Suas (NOB/SUAS), que apresenta claramente as competências de cada órgão federado e os eixos de implementação e consolidação da iniciativa. Tem como principais objetivos: consolidar um sistema descentralizado e participativo; regular e organizar as ações socioassistenciais num sistema, o que significa planejar a política de Assistência Social de forma articulada entre os entes federados tendo os mesmos princípios e diretrizes como fundamento, mas respeitando a diversidade.

CRAS devem ser propostas de modo a produzir impactos significativos e duradouros na vida dos sujeitos sociais, por meio de estratégias que sejam capazes de interferir na maneira em que os próprios sujeitos, as famílias e os membros da comunidade gerem as suas relações, com a finalidade de torná-los preparados para encontrar soluções aptas a interromper o ciclo de vulnerabilidades, sem, contudo, excluir a responsabilidade e participação ativa e permanente do Estado neste processo. O CRAS, no planejamento e execução dos serviços e ações deve materializar dois eixos organizacionais da Política Pública de Assistência Social: (i) matricialidade sociofamiliar e (ii) territorialização.

A PNAS apresenta o conceito de matricialidade sociofamiliar informando que “é primordial reconhecer a família⁴ (independentemente dos formatos ou modelos que assume) como sujeito de direito e colocá-la como eixo central nas ações da Assistência Social, uma vez que ela é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, como também é responsável pelas formas de convívio comunitário. É válido salientar que também se caracteriza como um espaço contraditório, pois é geralmente marcada por conflitos e desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social” (BRASIL, 2004, p.41).

Faz-se importante salientar, que na Assistência Social trabalhar com famílias é de fundamental importância, principalmente pelo fato de se tratar de um trabalho com pessoas cheias de anseios e que estão dispostas a contribuir com o processo de trabalho. Diante dessa realidade, o trabalho social com famílias deve ser um dos elementos centrais na política de Assistência Social, cujo intuito seja fazer os seus usuários refletirem sobre a realidade em que vivem e buscarem alternativas, na lógica dos direitos, a fim de enfrentarem e/ou atenuarem as vulnerabilidades a que estão expostos. Por isso, na Proteção Social Básica é desenvolvido o trabalho social com

□

⁴ O novo cenário tem remetido à discussão do que seja a família, uma vez que as três dimensões clássicas de sua definição (sexualidade, procriação e convivência) já não têm o mesmo grau de imbricamento que se acreditava outrora. Nesta perspectiva, podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consangüíneos, afetivos e, ou, de solidariedade. Como resultado das modificações acima mencionadas, superou-se a referência de tempo e de lugar para a compreensão do conceito de família. (BRASIL 2004, p.41)

famílias por meio do apoio socioassistencial e do apoio socioeducativo, estando uma dimensão estreitamente articulada à outra.

Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de “Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos.” (BRASIL 2004, p.41).

Espera-se que toda família tenha, de certa forma, o desejo espontâneo de cuidar, proteger e educar seus membros. E caso não exista, é importante que haja uma intervenção junto a essa família para que se fomente esse desejo e se reconstituam os vínculos familiares. Como mencionado anteriormente, a família é uma instituição contraditória; ao mesmo tempo que ela pode proteger seus membros, sendo um local de apoio, de amparo e de refúgio que os indivíduos vão encontrar dentro desse ambiente em relação às dificuldades que ele pode encontrar no mundo externo à família, ela pode também ser causadora da violência e de diversas formas de violação de direitos e, nesse sentido pode ser também um lugar de insegurança e geradora de sofrimento. Para se atuar junto às famílias é preciso entender seus pontos fortes e seus pontos fracos. É essa compreensão que dará um direcionamento de como intervir adequadamente nas diversas situações. Enfim, para que a família possa cuidar, ela precisa ser cuidada.

Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sócio-cultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. Essa correta percepção é condizente com a tradução da família na condição de sujeito de direitos, conforme

estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica de Assistência Social e o Estatuto do Idoso. (BRASIL 2004, p. 41)

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que não é só a PNAS que traz consigo a matricialidade da família como eixo organizacional, mas uma significativa parte das políticas sociais públicas (educação, saúde, habitação, dentre outras) tem requerido a presença das famílias nos programas, projetos e serviços oferecidos por elas.

Como já foi ressaltado, no caso da PNAS, a matricialidade sociofamiliar como eixo organizacional traz a idéia de que a família é o lugar primeiro de proteção. E se a família encontra dificuldade em proteger seus membros, significa que ela precisa do apoio do Estado. E esse apoio chega às famílias por meio dos serviços e benefícios socioassistenciais, favorecendo o fortalecimento de vínculos familiares e a compreensão mútua entre membros. Por isso o trabalho com as famílias tem uma centralidade nas ações da Proteção Social. Sendo ainda importante ressaltar que a instituição família é um produto sócio-histórico constituído por meio de vários arranjos, assim na prática não basta demarcar as transformações que perpassam as famílias, “se persistirem abordagens conservadoras e disciplinadoras no trabalho profissional que se realiza.” (RAICHELIS, 2007, p. 35).

[...] ao atender necessidades individuais dos vários membros da família, produzimos evidentemente um impacto sobre toda a vida familiar, notadamente sobre o tempo e a organização, a energia e a responsabilidade dos pais na criação e educação dos filhos e na orientação das diversas estratégias familiares. (CAMPOS 2009, p.49)

O trabalho social com famílias é fundamental nessa perspectiva. Olhar para a família, entender sua dinâmica, suas necessidades para, a partir daí apoiar e direcionar as atividades que devem ser desenvolvidas.

Para que a articulação com a sociedade e a eficácia das ações propostas sejam possíveis, a PNAS (2004) adota também a territorialização como eixo organizacional,

devido ao elevado grau de heterogeneidade e desigualdade socioterritorial nos municípios brasileiros. Desta forma, divide os municípios por portes: (i) pequeno porte I – até 20.000 habitantes; (ii) pequeno porte II – de 20.001 até 50.000 habitantes; (iii) médio porte – de 50.001 até 100.000 habitantes; (iv) grande porte – de 100.001 até 900.000 habitantes e (v) metrópole – acima de 900.000 habitantes (BRASIL, 2004).

Deste modo, o CRAS tem que ser entendido enquanto lugar estratégico de articulação no território. A NOB-RH (BRASIL, 2006) divide a equipe de referência dos CRAS segundo o porte dos municípios da seguinte forma: (i) pequeno porte I – até 2.500 famílias referenciadas, deve haver dois técnicos de nível superior, sendo um assistente social e um psicólogo, preferencialmente, além de dois técnicos de nível médio; (ii) pequeno porte II: até 3.500 famílias referenciadas, devem haver três técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais e o outro psicólogo, preferencialmente, além de três técnicos de nível médio e (iii) médio porte, grande porte, metrópole e DF – a cada 5.000 famílias referenciadas, deve haver quatro técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um outro profissional que compõe o SUAS, como também quatro técnicos de nível médio.

Apesar de a PNAS subdividir os municípios por porte demográfico, ela não limita a compreensão de território ao espaço físico. O Caderno SUAS *Configurando os Eixos de Mudança*, define o território como a base de organização deste sistema. Logo, “[...] os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos” (BRASIL, 2008, p.53).

Território é dinâmica, pois para além da topografia natural, constitui uma “topografia social” decorrente das relações entre os que nele vivem e suas relações com os que vivem em outros territórios. Território não é gueto, apartação, ele é mobilidade. Por isso, discutir medidas de um território é assunto bem mais complexo do que definir sua área com densidade. Implica considerar o conjunto de forças e dinâmicas que nele operam. SPOSATI (2008, p.9)

Assim a proteção social não se refere ao indivíduo ou à sua família de maneira isolada, e sim a partir de um conjunto de condições territoriais para de fato haver garantias concretas. A Proteção Social deve ser entendida numa visão ampla, mas partir das condições objetivas onde vive o indivíduo e sua família e os que fazem parte do seu cotidiano. Estudar o território onde as pessoas vivem coletivamente, o conjunto de relações ali existentes é muito relevante, pois nos proporciona entender a necessidade de proteção social para além das determinações/condições individuais. São também condições familiares, de população e do território em que tanto as relações quanto fatores de infra-estrutura vão influenciar. Ou seja, o território é o conjunto de relações estabelecidas entre as pessoas em um espaço que é coletivo, bem como também se determina pela forma como se distribuem as condições de vida naquele espaço; conforme a infra-estrutura e outros benefícios básicos ofertados - esgoto, água, rede elétrica, oferta de transporte, dentre outros – chegam até o território onde as pessoas moram, tudo isso influencia nas condições de vida do indivíduo e na forma como interage com a comunidade local..

Com relação aos programas e serviços ofertados no CRAS, o PAIF ⁵ é o principal programa do Centro de Referência da Assistência Social e é por meio dele que o trabalho social com as famílias é realizado no âmbito da proteção social básica. Já o Serviço de Convivência e Fortalecimento de ⁶Vínculos é um serviço referenciado ao

□
⁵ O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico. (**TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, e publicada no Diário Oficial da União – DOU em 25 de novembro de 2009).

⁶ Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social

CRAS e articulado ao PAIF ofertado de forma complementar ao trabalho social com as famílias. Esses serviços têm como objetivo fortalecer o papel protetivo das famílias, prevenir e atuar nas situações de riscos sociais e fortalecer a convivência familiar e comunitária. Ambos são semelhantes nos seus objetivos, mas cada um tem estratégias para operacionalizar suas ações junto aos usuários.

Em síntese, o CRAS é um equipamento estratégico para a operacionalização do que preconiza a política de assistência social no país, por se tratar da sua porta de entrada, não sendo à toa que inicialmente denominou-se *casa das famílias*. Nesse sentido, torna-se fundamental que o CRAS estabeleça cotidianamente um diálogo com as outras políticas públicas, partindo do entendimento de que a família não é um problema, mas que ela vivência e reproduz as formas de desigualdade social, de exclusão, de violação de direitos, dentre outras vulnerabilidades sociais e que o Estado precisa proporcionar condições de materializar a proteção social aos seus membros, especialmente através da articulação com outras redes de políticas sociais. Deste modo, o CRAS, por meio de seus programas e serviços, empodera as famílias, ao mesmo tempo em que divide com elas responsabilidade de buscar subsídios para sua qualidade de vida. Por estas razões, o CRAS é um centro dinamizador da efetivação da Política de Assistência Social.

De acordo com os dados do Censo SUAS⁷, em 2014 existiam 8.088 CRAS no Brasil, em 5.485 municípios, o que corresponde à presença deste equipamento em 98,5% dos municípios do país.

□

planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (**TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, e publicada no Diário Oficial da União – DOU em 25 de novembro de 2009).

⁷Disponível

em:

http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Censo%20SUAS%202014_Versao_atualizada.pdf. Acessado: em 26/01/2016

Analisando a evolução no número de CRAS (Gráfico abaixo), entre 2007 e 2014 foram criadas 3.893 unidades, um aumento de mais de 100% no período. Inclusive, o ritmo mais lento de crescimento do número de CRAS implantados nos últimos anos pode ser explicado pelo fato de que praticamente todos os municípios do país possuem ao menos uma unidade em funcionamento. (MDS, Censo SUAS, 2014).

Gráfico1: (Evolução da Quantidade de CRAS – Brasil, 2007 a 2014)

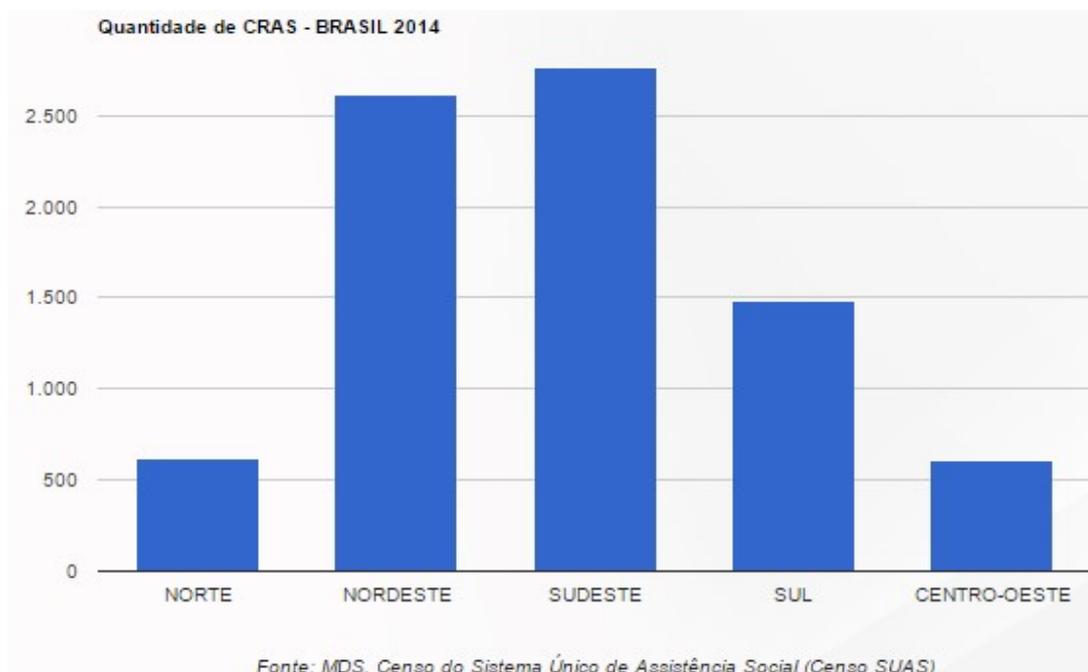


FORNTE: MDS, CENSO SUAS.

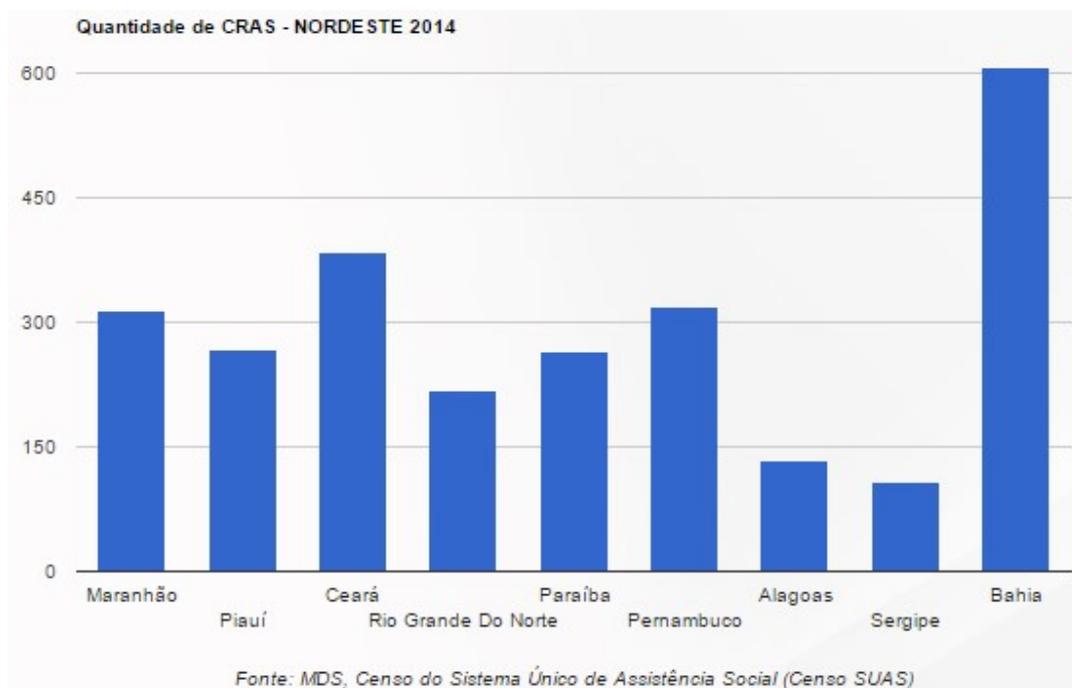
Fonte: (MDS, Censo SUAS.)

Esses resultados evidenciam o quanto essas unidades ganharam evidência no território brasileiro nos últimos anos e isso reflete na expansão da universalização dos direitos sociais e divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão, que são princípios do SUAS.

Outro dado importante refere-se à distribuição destes equipamentos no território brasileiro, o que pode ser observado nos gráficos abaixo:

Gráfico 2: (Quantidade de CRAS – BRASIL 2014)

Fonte: (MDS, Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS))

Gráfico 3: (Quantidade de CRAS – NORDESTE 2014)

Fonte: (MDS, Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS))

Quase 65% dos Centros de Referência de Assistência Social do país estão localizados nas regiões Sudeste e Nordeste. O Nordeste, em segundo lugar, com 2.611 centros, o que representa 32% do total. O Sudeste, primeiro colocado, tem 34% dos CRAS.

Na Bahia, os CRAS tiveram aumento de 78,7%, entre 2007 e 2014, correspondendo a 23,2% do total de equipamentos no nordeste, atendendo a 417 municípios, sendo Itanagra o único município baiano a não possuir um CRAS.

1.3 O trabalho socioassistencial e os profissionais que compõem a Rede de Proteção Social Básica

O enfoque interdisciplinar é adotado no processo de trabalho no âmbito da Política de Assistência Social. O trabalho diretamente desenvolvido de atendimento e acompanhamento às famílias, eles devem ser feitos pelos técnicos de nível superior e a ideia é que esses técnicos tenham como base os princípios éticos para a sua atuação, seguindo seus códigos de ética; que o trabalho seja pensado e executado a partir de conhecimentos teórico- metodológico e técnico- operativo, sempre tendo como objetivo fortalecer a convivência familiar e comunitária e a promoção do acesso aos direitos. Esses profissionais devem atuar coletivamente com os técnicos de nível médio, voltando-se a contribuir para a superação das situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelas famílias/ indivíduos.

Profissionais previstos pela NOB-RH/SUAS para a execução dos serviços previstos na proteção social básica:

Figura 1: (Profissionais previstos pela NOB-RH/SUAS para a execução dos serviços de proteção social básica, por porte de município)

CRAS

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metr�pole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos nível médio	4 técnicos de nível médio

Fonte: (BRASIL 2006))

Como pudemos perceber pelo perfil dos técnicos e pela descri o das atribuic es relacionadas acima, a equipe tem um caráter interdisciplinar. A política de assistência social não abarca somente assistentes sociais; por ter como objeto situa es complexas que exigem resultados diversificados, se faz necessária a presença de outros profissionais para que se chegue ao resultado de maneira eficaz. Além disso, “as equipes de referência para os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS devem contar sempre com um coordenador, devendo o mesmo, independentemente do porte do município, ter o seguinte perfil profissional: ser um técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais”.(NOB-RH/SUAS,2006).

Figura 2: (Técnico de Nível Médio)

Técnico de Nível Médio
<p>Perfil: São dois os perfis possíveis para o técnico de nível médio da equipe de referência do CRAS. Recomenda-se a presença dos dois perfis na equipe, a fim de suprir as demandas que as funções do CRAS requerem.</p> <p><i>Perfil 1 "Agente Administrativo":</i> Escolaridade de nível médio completo, com conhecimento para o desenvolvimento das rotinas administrativas do CRAS.</p> <p><i>Perfil 2 "Agente Social e/ou Orientador Social":</i> Escolaridade de nível médio completo, com experiência de atuação em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais; conhecimento da PNAS; noções sobre direitos humanos e sociais; sensibilidade para as questões sociais; conhecimento da realidade do território e boa capacidade relacional e de comunicação com as famílias.</p>
<p>Atribuições:</p> <p><i>Perfil 1 "Agente Administrativo":</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao trabalho dos técnicos de nível superior da equipe de referência do CRAS, em especial no que se refere às funções administrativas; • Participação de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS; • Participação das atividades de capacitação (ou formação continuada) da equipe de referência do CRAS. <p><i>Perfil 2 "Agente Social":</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Recepção e oferta de informações às famílias usuárias do CRAS; • Mediação dos processos grupais, próprios dos serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos, ofertados no CRAS (função de orientador social do Projovem Adolescente, por exemplo); • Participação de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS; • Participação das atividades de capacitação (ou formação continuada) da equipe de referência do CRAS.

Fonte: (BRASIL 2009)

Figura 3: (Coordenador do CRAS)

Coordenador do CRAS
<p>Perfil: Escolaridade mínima de nível superior, concursado, com experiência em gestão pública; domínio da legislação referente à política nacional de assistência social e direitos sociais; conhecimento dos serviços, programas, projetos e/ou benefícios socioassistenciais; experiência de coordenação de equipes, com habilidade de comunicação, de estabelecer relações e negociar conflitos; com boa capacidade de gestão, em especial para lidar com informações, planejar, monitorar e acompanhar os serviços socioassistenciais, bem como de gerenciar a rede socioassistencial local.</p>
<p>Atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do CRAS e a implementação dos programas, serviços, projetos de proteção social básica operacionalizadas nessa unidade; • Coordenar a execução e o monitoramento dos serviços, o registro de informações e a avaliação das ações, programas, projetos, serviços e benefícios; • Participar da elaboração, acompanhar e avaliar os fluxos e procedimentos para garantir a efetivação da referência e contrarreferência; • Coordenar a execução das ações, de forma a manter o diálogo e garantir a participação dos profissionais, bem como das famílias inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território; • Definir, com participação da equipe de profissionais, os critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias, dos serviços ofertados no CRAS; • Coordenar a definição, junto com a equipe de profissionais e representantes da rede socioassistencial do território, o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços de proteção social básica da rede socioassistencial referenciada ao CRAS; • Promover a articulação entre serviços, transferência de renda e benefícios socioassistenciais na área de abrangência do CRAS; • Definir, junto com a equipe técnica, os meios e as ferramentas teórico-metodológicos de trabalho social com famílias e dos serviços de convivência; • Contribuir para avaliação, a ser feita pelo gestor, da eficácia, eficiência e impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários; • Efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial no território de abrangência do CRAS e fazer a gestão local desta rede; • Efetuar ações de mapeamento e articulação das redes de apoio informais existentes no território (lideranças comunitárias, associações de bairro); • Coordenar a alimentação de sistemas de informação de âmbito local e monitorar o envio regular e nos prazos, de informações sobre os serviços socioassistenciais referenciados, encaminhando-os à Secretaria Municipal (ou do DF) de Assistência Social; • Participar dos processos de articulação intersetorial no território do CRAS; • Averiguar as necessidades de capacitação da equipe de referência e informar a Secretaria de Assistência Social (do município ou do DF); • Planejar e coordenar o processo de busca ativa no território de abrangência do CRAS, em consonância com diretrizes da Secretaria de Assistência Social (do município ou do DF); • Participar das reuniões de planejamento promovidas pela Secretaria de Assistência Social (do município ou do DF), contribuindo com sugestões estratégicas para a melhoria dos serviços a serem prestados; • Participar de reuniões sistemáticas na Secretaria Municipal, com presença de coordenadores de outro(s) CRAS (quando for o caso) e de coordenador(es) do CREAS (ou, na ausência deste, de representante da proteção especial).

Fonte: (BRASIL, 2009)

Figura 4: (Técnico de Nível Superior)

Técnico de Nível Superior
<p>Perfil: Escolaridade mínima de nível superior, com formação em serviço social, psicologia e/ou outra profissão que compõe o SUAS (dependendo do número de famílias referenciadas ao CRAS e porte do município, conforme a NOB-RH); com experiência de atuação e/ou gestão em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais; conhecimento da legislação referente à política nacional de assistência social; domínio sobre os direitos sociais; experiência de trabalho em grupos e atividades coletivas; experiência em trabalho interdisciplinar; conhecimento da realidade do território e boa capacidade relacional e de escuta das famílias.</p>
<p>Atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS; • Planejamento e implementação do PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS; • Mediação de grupos de famílias dos PAIF; • Realização de atendimento particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS; • Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; • Apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo(s) serviço(s) de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS; • Acompanhamento de famílias encaminhadas pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados no território ou no CRAS; • Realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco; • Acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; • Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva. • Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência; • Realização de encaminhamento, com acompanhamento, para a rede socioassistencial; • Realização de encaminhamentos para serviços setoriais; • Participação das reuniões preparatórias ao planejamento municipal ou do DF; • Participação de reuniões sistemáticas no CRAS, para planejamento das ações semanais a serem desenvolvidas, definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações com outros setores, procedimentos, estratégias de resposta às demandas e de fortalecimento das potencialidades do território.

Fonte: (BRASIL, 2009)

Considerando o que preconiza a PNAS pressupõe-se que, a partir da junção das atribuições da equipe multiprofissional que atua na proteção básica, somadas às competências profissionais de cada um, a equipe pode realizar uma análise crítica da realidade e planejar conjuntamente o trabalho a ser desenvolvido, de maneira que cada profissional intervenha na realidade posta de acordo com o planejado coletivamente. Vale ressaltar ainda que, para a realização das competências e atributos do profissional atuante no campo da Política de Assistência Social são necessários à utilização adequada dos instrumentais técnicos, das estratégias e que estes devam ser estabelecidos pelo próprio profissional, que tem o direito de organizar seu trabalho com autonomia e criatividade, em conformidade com as demandas regionais específicas de cada realidade em que atua.

As ações desenvolvidas no CRAS devem ser propostas de modo a produzir impactos significativos e duradouros na vida dos sujeitos sociais, nesse sentido é que se dão os desafios e possibilidades da Política de Assistente Social. A população que recebe esses serviços ainda não tem real clareza do que é a P.A.S. Constitui-se ainda como grande desafio da na atualidade, superar as práticas conservadoras que imprimiram identidade assistencialista à assistência social, por muitas décadas.

Algumas destas práticas já foram superadas, porém ainda há muito que rever sobre a cultura assistencialista que permeia a própria população usuária, bem como a atuação profissional. Em especial na área da proteção básica, onde são perceptíveis ainda os novos arranjos ou roupagens dadas às velhas práticas de assistencialismo que insistem em se “mesclar” com a Assistência Social enquanto política de direito. Nesse sentido é preciso afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas disciplinadoras e corretivas dos mandatários, as quais tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente.

É importante considerar que o trabalho sócio-assistencial não é uma prerrogativa do assistente social. É de fundamental importância que toda a equipe técnica tenha clareza do que preconiza a política de assistência social e que cada trabalhador social entenda quais as suas atribuições e competências, bem como a de seus colegas, de maneira que o trabalho possa fluir e alcançar seus reais objetivos.

Na concepção de Pereira (2007), ações devem ser realizadas de forma racional, ética e cívica. Deste modo, por se tratar de uma política de intervenção, deve-se deixar de lado o senso comum e os pré-julgamentos e focar em análises e diagnósticos que expressem a concreticidade da realidade. Além do monitoramento e avaliação que serão imprescindíveis para analisar a efetivação do trabalho realizado.

É importante salientar que a atuação da equipe não deve se basear apenas na técnica pela técnica, mas o profissional deve pensar também no que está no entorno. Às vezes utilizamos a técnica e não conseguimos o resultado de imediato. Trabalhamos com pessoas e na realidade não existem sujeitos isolados.

A realidade é fruto das ações humanas, para que possamos mudar um determinado contexto social, a realidade de uma comunidade, de uma família, é preciso “investir” na mudança dos indivíduos. Já que a realidade é fruto da ação humana, o ponto de partida é a transformação dos indivíduos, suas ações corresponderão a essas transformações e conseqüentemente aquele contexto social emitirá uma resposta proveniente disso.

É no cotidiano que as identidades se constroem, pois é neste que os sujeitos vivem e se revelam, visto que o cotidiano é insuprimível e ineliminável, dado espaço de produção e reprodução do ser social que se distingue pelas estruturas da vida cotidiana e seus grupos, classes sociais e assim por diante. (Netto, 2010).

Toda a equipe que compõe a rede deve ser capacitada para atuar de maneira mais coerente possível, até porque se o profissional não reconhece sua atribuição é impossível que a política se efetive.

O profissional deve ter a capacidade de entender que a demanda institucional que se apresenta é sempre uma demanda social, mais ampla e que de repente o êxito ou o fracasso de uma intervenção é determinado por movimentos histórico-dialéticos que interferem diretamente na realidade em que demandatário se insere. São nas relações que se criam as identidades, que se reconhecem as subjetividades, que se desenvolvem as potencialidades e limites das pessoas. O indivíduo pode ser simultaneamente destacado enquanto ser particular e ser genérico, pois se expressa enquanto ser individual e ser coletivo na medida em que manifesta a consciência do coletivo, dada por sua integração em grupos, classe social, nação, etc.

O fracasso de uma intervenção não deve jamais ser fruto da culpabilização do indivíduo. Se o acompanhamento feito com aquela família/indivíduo não está fluindo, é necessário analisar o contexto social mais amplo, verificar as condições objetivas de intervenção técnica e, sobretudo, verificar como a ação profissional da equipe está acontecendo, se está alcançando eficiência.

É nesse sentido que a Política Nacional de Assistência Social se constitui como principal instrumento norteador das ações desenvolvidas no CRAS e mais especificamente no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, se caracterizando como um arsenal de instrumentos técnico-operativos não apenas do assistente social, mas de toda a equipe profissional ali presente. A Política, aprovada em 2004, aponta as diretrizes, avanços e, nesse sentido, aponta muitos desafios. Pensar e vivenciar a prática profissional na Política de Assistência Social hoje exige, não apenas a reforma de alguns princípios filosóficos construídos historicamente (como o caridade e a filantropia), e sim o rompimento radical de algo vicioso atrelado à raiz dessa política (a naturalização da pobreza, a idéia de que há sub-cidadãos, para citar alguns). É preciso entender sua raiz como direito do cidadão, o que impedirá que qualquer outra coisa que queira se atrelar a esse radical seja confundido com ele.

Esse passado está articulado com as características históricas do trabalho no campo assistencial. É uma discussão que deve ser superada, mas que é muito presente. A política pública de assistência social, estabelecida a partir da Constituição de 1988 e, paulatinamente construída a partir de então, visa superar essas práticas que eram adotadas inicialmente. A partir de 2014, com a PNAS, ela não apenas se apresenta em rompimento com aquelas práticas, mas também considera o grau de complexidade que cada município se encontra.

É importante ressaltar que, nos seus primórdios, o trabalho no campo socioassistencial caracterizou-se como trabalho voluntário, dotado de precariedade, insegurança, descontinuidade e sem nenhuma base legal. Esta concepção de assistência social, do ponto de vista ídeo-cultural ainda está muito presente. O trabalho social tinha como reflexo uma visão fragmentada da realidade e descontextualizada do indivíduo/família, baseava-se em ações pontuais e imediatistas, incapazes de promover transformações e de desenvolver a autonomia dos sujeitos.

Na atualidade, a equipe profissional que superou esta visão equivocada de assistência social e que tem o domínio sobre essa política tem conseqüentemente um trabalho mais eficaz, pois consegue realizar de forma integrada as políticas sociais, considerando as especificidades territoriais, visando seu enfrentamento e o provimento

de condições para entender o contingente social e a universalização dos direitos, ou seja, superar as práticas conservadoras e garantir direitos por meio de benefícios e serviços que só poderão ser executados nos parâmetros da política pública de assistência social. Para tanto é necessária articulação entre os profissionais que compõem a rede socioassistencial⁸ e a rede intersetorial⁹ de políticas sociais e, sobretudo, inserir neste espaço, o usuário como um cidadão partícipe de todo o processo de atenção social na ótica dos direitos.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e o Protocolo de Gestão Integrada dos Serviços dizem a respeito dos serviços que devem ser operacionalizados no CRAS. Diz não só que serviços são esses, mas que atividades são essas, a quem o público é voltado e quais profissionais vão atuar naquele serviço. É através desse dispositivo que a equipe deve se basear e não se limitar em ações isoladas, mas compreender que os serviços, programas, projetos e benefícios não podem ser vistos de forma isolada. Deve-se articular o usuário à rede e aos serviços oferecidos na assistência social. O CRAS é o equipamento que materializa a Política de Assistência Social do ponto de vista da Proteção Social Básica e deve ser reconhecido como tal a quem dele necessitar. Nesse sentido é de fundamental importância a socialização da informação por parte da equipe atuante nesse equipamento. O usuário precisa saber como e para quem o CRAS funciona.

Em síntese, toda a equipe que atua na política, deve conhecer, nos termos da lei, o mecanismo organizador dos preceitos, disposições, ações e procedimentos previstos na PNAS, na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e no Protocolo de Gestão Integrada dos Serviços. O objetivo de tais instrumentos normativos é de garantir, do ponto de vista operacional e em caráter sistêmico (funcionalmente

□

⁸ A rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações no âmbito da assistência social, de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade.

⁹ A rede intersetorial compreende o conjunto de outras políticas sociais, as quais podem e são requisitadas pelos serviços de toda e qualquer política para execução de seus objetivos específicos.

interligados), a implementação e gestão da política de assistência social. Dito de outra forma, é por meio da PNAS que se irá saber como os serviços, benefícios, programas e projetos previstos vão ser ou estão sendo organizados e oferecidos; onde podem ser encontrados; que pessoas ou grupos sociais terão acesso a eles e sob quais critérios; que padrões de atendimento vão ser definidos; como serão realizados, fornecidos e utilizados os estudos e diagnósticos que embasarão o atendimento; e de que forma será feito o acompanhamento.

Na prática percebe-se ainda uma imensa lacuna entre o que está no âmbito da concepção da PNAS e sua materialização propriamente dita. Diversas são as implicações nesse percurso, revelando para o serviço social, bem como para as demais profissões que atuam na área, grandes desafios no que tange à execução da política de assistência social.

2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS

2.1 O Município de São Gonçalo dos Campos

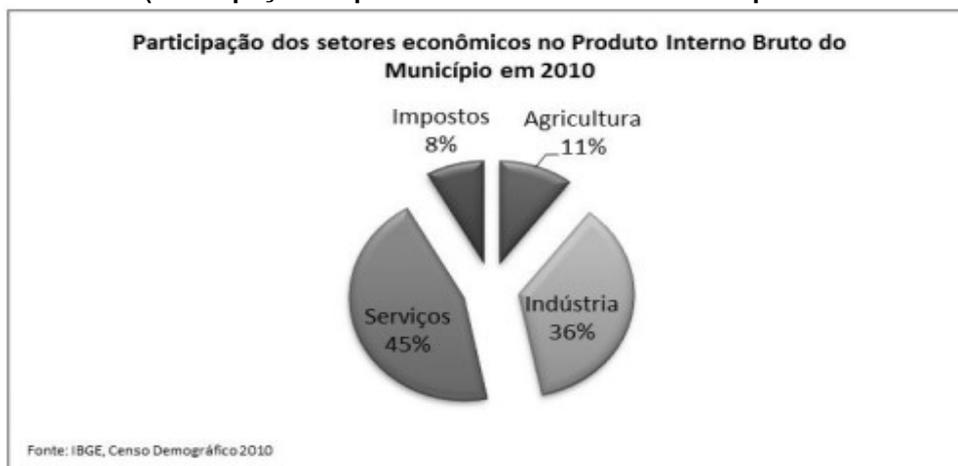
O Município de São Gonçalo dos Campos começou a ser povoado no século XVII, quando as bandeiras penetravam nos sertões baianos. Fizeram plantações e construíram currais em uma localidade integrante do município de Cachoeira, a qual denominaram “Campos da Cachoeira”.

Com o aparecimento de uma imagem do Santo São Gonçalo naquela área, no início do século XVIII, foi construída uma capela com o nome de São Gonçalo do Amarante, em torno da qual se formou um arraial de Jesuítas e Nativos. Criou-se a Freguesia de São Gonçalo em 1696 e mudou-se a denominação para São Gonçalo dos Campos, quando da sua elevação à vila e posteriormente à condição de cidade, pela lei estadual nº 176, de 25-06-1897. (IBGE-BRASIL)

Segundo CENSO 2010, a cidade tem 33.289 habitantes, sendo 16.503 população urbana e 16.786 população rural. (MDS-BRASIL).

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 73,5%, passando de R\$ 133,5 milhões para R\$ 231,7 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 50,8%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,15% para 0,17% no período de 2005 a 2010 (DATA SOCIAL).

Gráfico 4: (Participação do produto interno bruto do município - 2010)



Fonte: (IBGE, Censo Demográfico 2010)

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de serviços, o qual respondia por 45% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 36,3% em 2010, contra 30,8% em 2006. No Estado, também houve uma ascensão, em que a participação industrial cresceu de 26,2% em 2006 para 26,6% em 2010 (DATA SOCIAL)

Gráfico 5: (Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no município e no estado – 2005 a 2010)



Fonte: (IBGE)

O setor industrial é um dos responsáveis pelo crescimento econômico de São Gonçalo. Durante muito tempo as principais fontes de emprego da cidade eram as empresas do ramo fumageiro, a Mendendez e Amerino e a Tabarama, sendo que muitos trabalhadores rurais possuíam em suas casas plantaço de fumo que eram vendidas a essas empresas. Com o passar dos anos, devido a grande concentraço de indústrias no CIS (Centro Industrial Subaé), localizado na Cidade de Feira de Santana, que faz fronteira com a cidade de São Gonçalo dos Campos, várias empresas foram atraídas para o município, refletindo nos índices do crescimento industrial e do emprego formal.

Por se tratar de um município onde a maioria da população reside na zona rural, a agricultura também se constitui como uma atividade econômica bastante presente e de resultados significativos.

Devido ao crescimento de forma acelerada nos últimos anos, o município apresenta uma taxa muito mais elevada no crescimento do PIB nominal por setor econômico em relação ao estado da Bahia. Destacando-se principalmente pela agricultura, crescendo 3,9 vezes mais do que o estado.(IBGE, 2010)

Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 05 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo: (DATA SOCIAL)

Gráfico 6: (Distribuição das 05 (cinco) principais culturas de rebanho do município – 2011)



Fonte: (IBGE - Pesquisa Produção Pecuária Municipal (PAM))

O município de São Gonçalo dos Campos situa-se entre a Região Industrial do Recôncavo Baiano e o Centro Industrial do Subaé – CIS, que está localizado entre o Sul de Feira de Santana e o Norte de São Gonçalo dos Campos. É o terceiro maior Centro Industrial da Bahia perdendo apenas para o Pólo Petroquímico de Camaçari e para o Centro Industrial de Aratu; o CIS é o maior centro industrial da Região Metropolitana de Feira de Santana, onde se concentram indústrias de diferentes ramos.

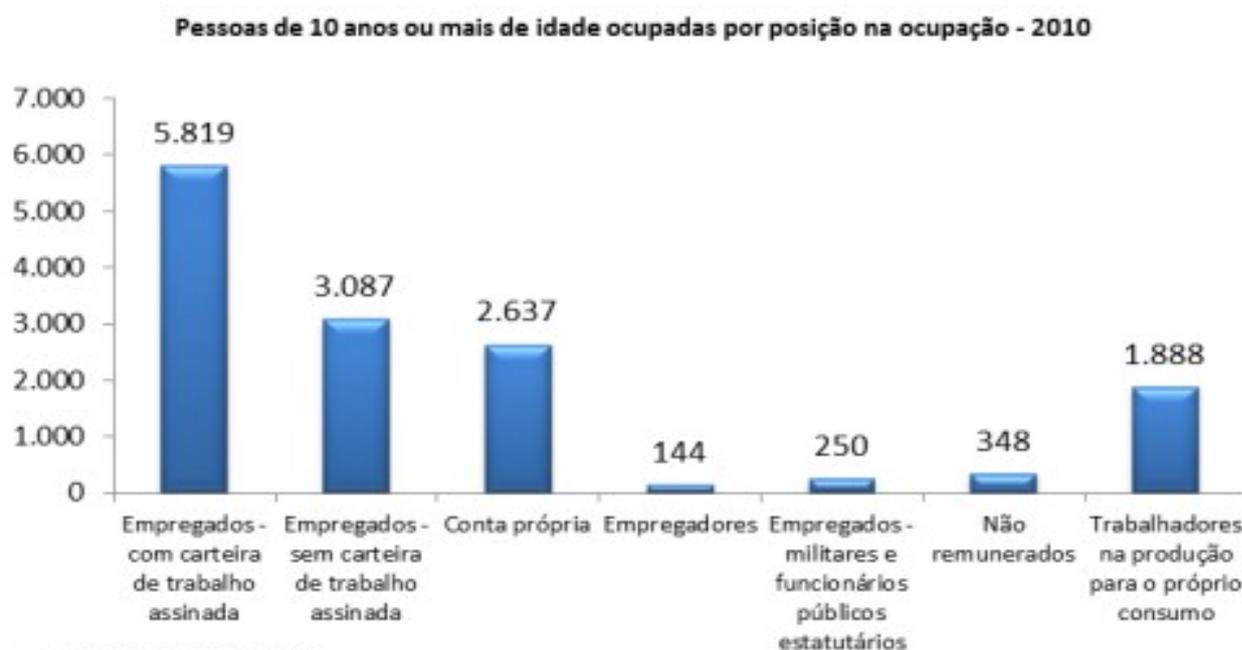
São Gonçalo dos Campos, por estar localizada na região da Mata Fina, possui o clima e o solo ideal para o plantio do fumo, esta é a principal região fumageira do estado da Bahia e engloba vários municípios do Recôncavo Baiano entre São Gonçalo dos Campos e Cruz das Almas. É em São Gonçalo dos Campos que está instalada a Menendez & Amerino, maior fabricante de charutos do Brasil, detendo 70% do mercado nacional.

Atualmente a renda do município também está voltada diretamente a avicultura tornando-se um novo pólo regional com a Perdigão S/A e a Gujão Alimentos. O município de São Gonçalo dos Campos faz parte do Pólo Avícola da Bahia que engloba vários municípios da Região do Recôncavo Baiano.

Ainda é importante ressaltar que São Gonçalo dos Campos é a cidade em que se localiza a única indústria de tintas automotivas do nordeste a Alquimia Tintas (Ultracolor) e onde também foi instalado o Centro de Distribuição do Grupo O Boticário.

Considerando o gráfico abaixo tem-se que a distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 41,1% tinham carteira assinada, 21,8% não tinham carteira assinada, 18,6% atuam por conta própria e 1,0% de empregadores. Servidores públicos representavam 1,8% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 15,8% dos ocupados.

Gráfico 7: (Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas por posição na ocupação – 2010)



Fonte: Censo Demográfico 2010

Fonte: (Censo Demográfico 2010)

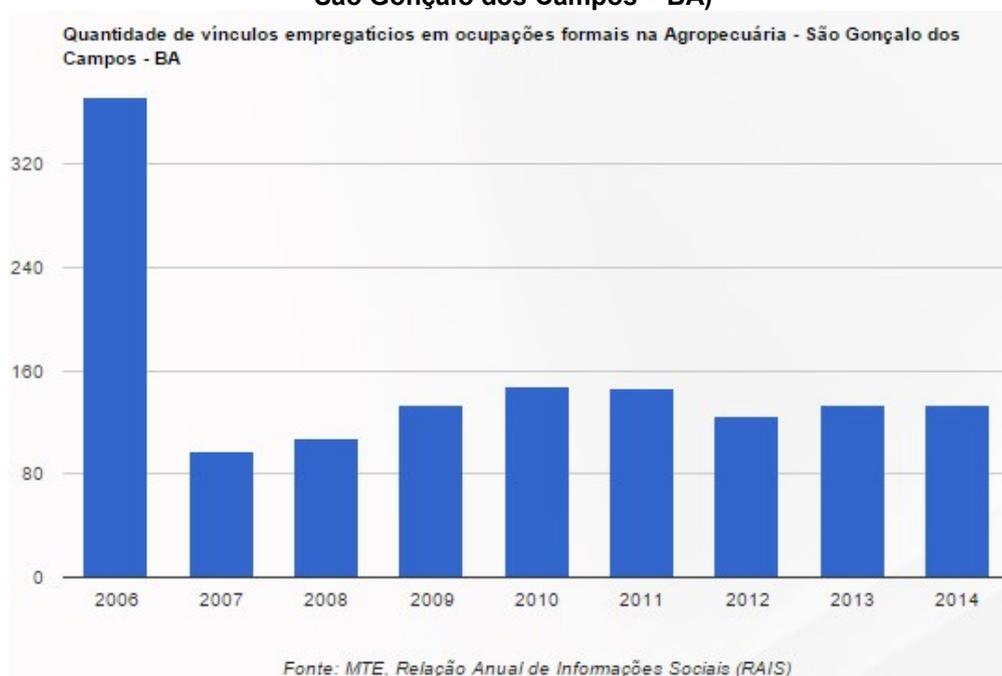
Já com relação à ocupação por setor, a partir dos gráficos abaixo, identifica-se que:

Gráfico 8: (Quantidade de vínculos empregatícios em ocupações formais na indústria – São Gonçalo dos Campos – BA)



Fonte: (MTE, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS))

Gráfico 9: (Quantidade de vínculos empregatícios em ocupações formais na agropecuária - São Gonçalo dos Campos – BA)



Fonte: (MTA, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS))

Apesar da agricultura e da pecuária possuírem grande representatividade local, nota-se que a partir do ano de 2007 há uma queda equivalente a 74% na quantidade de vínculos empregatícios provenientes desse ramo. Já no ramo da indústria, há uma oscilação no decorrer dos anos, mas nenhuma taxa inferior ao ano de 2006. O que significa que não houve nenhum resultado negativo desde a implantação das indústrias no período referido.

2.2 A Política de Assistência Social em São Gonçalo dos Campos

O Município de São Gonçalo dos Campos tem população estimada, referente ao ano de 2015, de 37.554 habitantes, se caracterizando assim como um município de Pequeno Porte II, onde se espera ter até 3.500 famílias referenciadas e até 750 famílias sendo atendidas pelo CRAS por ano.

A política de assistência social no município é gerida e executada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, contando com o Conselho Municipal de Assistência Social, para o controle social. O município conta com 01 CRAS, 01 CREAS. Não há abrigo para crianças e adolescentes, nem abrigo para idosos. No caso de demandas que necessitem desses equipamentos se faz necessário o encaminhamento para outras cidades.

Dentre os serviços ofertados no município, estão o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Programa de Proteção Integral à Família (PAIF); Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI¹⁰); Carteira do

□

¹⁰ Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

Idoso¹¹, Passe Livre Interestadual e Intermunicipal¹². Além das atividades específicas dos serviços e programas relacionados acima, a equipe do CRAS realiza reuniões com comunidades rurais para divulgação das ações da instituição.

A assistência social no município realiza atendimentos individuais e em grupo; visitas domiciliares; acompanhamento de famílias; orientação e acompanhamento para inserção do Benefício de Prestação Continuada-BPC; inserção de famílias no CadÚnico¹³, ações de Busca Ativa¹⁴.

Os atendimentos realizados no âmbito da rede socioassistencial também são importantes elementos para o diagnóstico do perfil social do seu município.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988. O gráfico abaixo contém informações do município de São Gonçalo dos Campos acerca da quantidade de beneficiários de BPC considerando o período de 2004 a 2013, por tipo de beneficiário (DATA SOCIAL):

□

¹¹ A Carteira do Idoso é o instrumento de comprovação para que o idoso tenha acesso gratuito ou desconto de, no mínimo, 50% no valor das passagens interestaduais, de acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03).

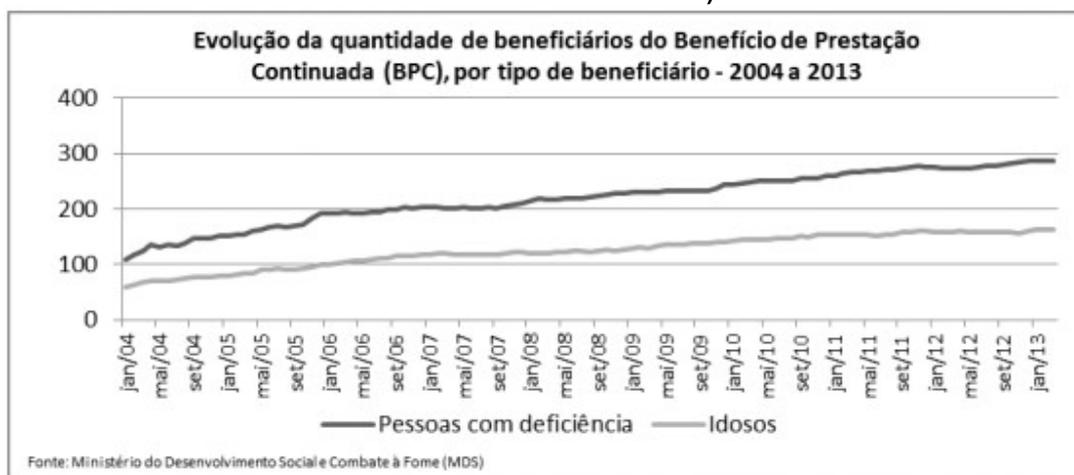
A carteira deve ser gerada apenas para as pessoas acima de 60 anos, que não tenham como comprovar renda individual de até dois salários mínimos.

¹² O Passe Livre é um programa do Governo Federal que proporciona a pessoas com deficiência e carentes (substitua a palavra carente pela utilizada no documento oficial que apresenta o programa), gratuidade nas passagens para viajar entre os estados brasileiros. O Passe Livre é um compromisso assumido pelo governo e pelas empresas de transportes coletivos interestadual de passageiros para assegurar o respeito e a dignidade das pessoas com deficiência.

¹³ O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda. A partir dessas informações o governo passa a conhecer as reais condições de vida da população e seleciona as famílias para vários programas sociais. Sendo eles: Programa Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Programa Minha Casa Minha Vida, Carteira do Idoso, Aposentadoria para Pessoas de Baixa renda, Telefone Popular, Isenção de Pagamento de Taxa de Inscrição em Concursos Públicos, Programas Cisternas, Água para Todos, Bolsa Verde (Programa de Apoio à Conservação Ambiental), Bolsa Estiagem, Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais/ Assistência Técnica e Extensão Rural, Programa Nacional de Reforma Agrária, Programa Nacional de Reforma Agrária, Programa Nacional de Crédito Fundiário, Crédito Instalação, Carta Social, Serviços Assistenciais, Programa Brasil Alfabetizado e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

¹⁴ A Busca Ativa é uma ferramenta de proteção social essencial para o planejamento local e para a ação preventiva da Proteção Social Básica, disponibiliza informações sobre o território, permitindo assim compreender melhor a realidade social, para nela atuar. Faz referência à procura intencional, com o objetivo de identificar as situações de vulnerabilidades e risco social. Quanto mais os técnicos conhecerem as características e especificidades dos territórios, mais chances de obterem uma fotografia viva das dinâmicas da realidade social.

Gráfico 10: (Evolução da quantidade de Benefícios de Prestação Continuada (BPC), por tipo de beneficiário – 2004 a 2013)



Fonte: (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS))

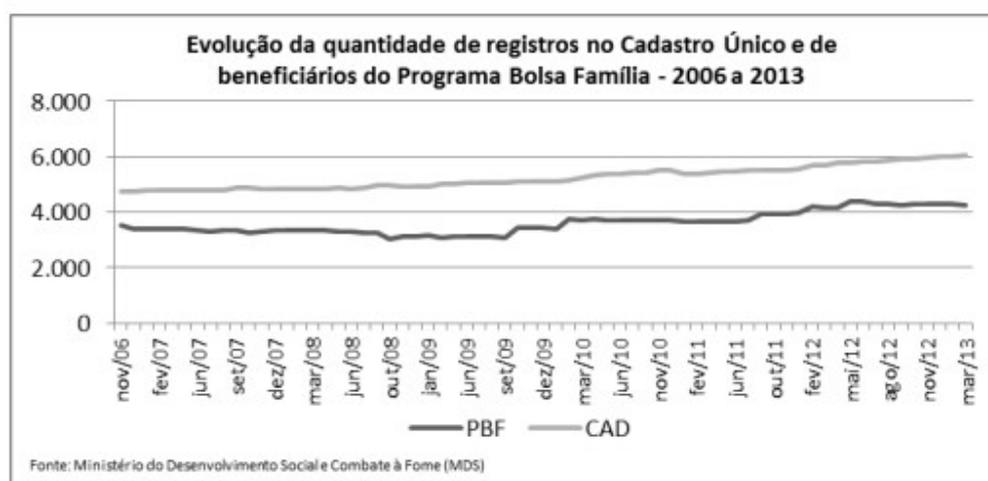
A partir do ano de 2007 observa-se um crescente significativo na quantidade de beneficiários. A quantidade de beneficiários idosos e com deficiência praticamente triplica nesse período de 9 anos. Esses resultados refletem na elevação da renda per capita e no aumento das condições de bem-estar, possibilitando ao beneficiário a garantia de renda e o acesso a serviços públicos.

Em 2010, quando a população total era de 33.283 residentes, 3.619 pessoas se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 10,9% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 1.874 (51,8%) viviam no meio rural e 1.745 (48,2%) no meio urbano (DATA SOCIAL).

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios. De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de

abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 6.040 famílias registradas no Cadastro Único e 4.233 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (70,08% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros para o município:

Gráfico 11: (Evolução da quantidade de registros no Cadastro Único e beneficiários do Programa Bolsa Família – 2006 a 2013)



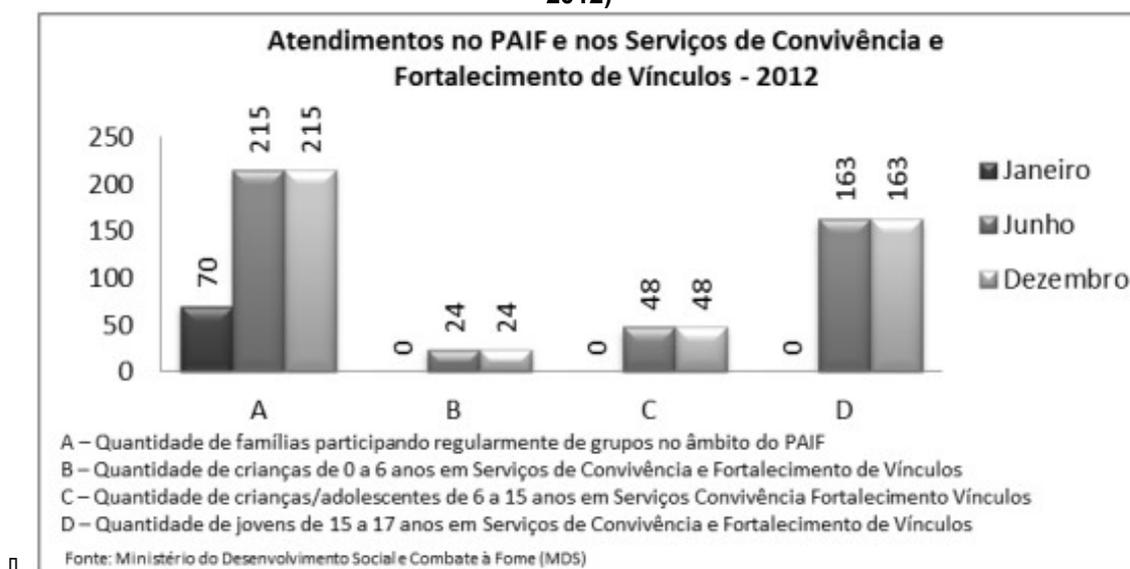
Fonte: (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS))

O município apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços na qualificação das informações registradas e na atualização dos dados familiares. Com isso, o município poderá abrir espaço para incluir no Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios. De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 154 famílias em situação de extrema pobreza. (DATA SOCIAL, 2014)

Além dos Programas de Transferência de Renda, a Assistência Social desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso do Centro de Referência da

Assistência Social (CRAS). O gráfico abaixo apresenta os principais indicadores de atendimento nesse âmbito, considerando os dados coletados no Censo SUAS do MDS para o ano de 2012: (DATA SOCIAL).

Gráfico 12: (Atendimento no PAIF e nos Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos – 2012)



Fonte: (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS))

2.3 O CRAS do Município

O Centro de Referência da Assistência Social de São Gonçalo dos Campos funciona de segunda a sexta-feira das 08:00h as 17:00h. Está localizado no centro da cidade, na Rua Nascimento Ferreira, nº 05 e foi inaugurado no município em 01 de outubro de 2007.

Segundo o Indicador de Desenvolvimento do CRAS – INDCRAS, 2014¹⁵, o grau de desenvolvimento do CRAS do município é 2,33. O IDCRAS avalia a gradação de desenvolvimento, dando notas de 01 a 05 e classifica os equipamentos em 10 estágios de desenvolvimento, elaborados em função da combinação dos graus de desenvolvimento (insuficiente, regular, suficiente e superior) com respeito a quatro dimensões: atividades realizadas, horário de funcionamento, estrutura física e recursos humanos disponíveis no equipamento público.

Com relação à estrutura física, o CRAS de São Gonçalo dos Campos foi avaliado no nível 2. Considerado como regular (possui todos os itens): Local para recepção, sala para entrevista que possibilite o atendimento individual, salão para reunião com grupos de famílias (2 salas, sendo uma delas com capacidade superior a 15 pessoas) e 1 banheiro.

No que se refere aos Recursos humanos, o CRAS do município foi avaliado com nível 4 - Município de Pequeno Porte II (CRAS para 3.500 famílias referenciadas), onde se deve ter 07 ou mais profissionais: sendo 04 ou mais de nível superior, 03 ou mais de nível médio, devendo haver pelo menos 01 assistente social e que o coordenador seja de nível superior e estatutário. No caso, a equipe interdisciplinar local é composta por 07 técnicos de nível médio, 05 técnicos de nível superior (02 assistentes sociais, 01 psicóloga, 01 terapeuta ocupacional e 01 fonoaudiólogo), 01 coordenador (pós-graduado em política social e gestão de serviços) e 01 recepcionista.

Já no quesito Serviços e Benefícios, o CRAS do município está no nível 1, Regular. São realizados atendimentos com a psicóloga, terça e quinta-feira pela manhã, totalizando em média, 30 atendimentos mensais. Os atendimentos com fonoaudiólogo são oferecidos nos dias de quinta-feira pela manhã e sexta-feira o dia todo, onde são atendidos em média 80 crianças, mensalmente, dividindo-se em atendimentos individualizados e em grupo. Com o terapeuta ocupacional, os atendimentos acontecem na terça-feira, à tarde e quinta-feira pela manhã. São atendidas em média 40 crianças, mensalmente; neste caso é realizado atendimento da criança e orientação do seu

¹⁵ Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/gerente/indicadores/index.php>. Acessado em 27/01/2016

responsável, sendo desenvolvida também uma parceria entre o CRAS e a Escola Sementinha da Vida¹⁶, onde são atendidas crianças com necessidades especiais.

As assistentes sociais estão presentes no CRAS todos os dias da semana. São atendidas, em média, 60 pessoas mensalmente. É realizado o atendimento individual, bem como as visitas domiciliares, priorizando-se aquelas direcionadas às crianças e idosos inseridos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo e às gestantes inseridas no Programa Bebê a Bordo.

A título de ilustração apresenta-se abaixo os dados sobre atendimento realizado no CRAS, durante o mês de janeiro de 2016.

□

¹⁶ Sementinha da Vida é uma Escola Pública, Municipal, que atende crianças com necessidades especiais do município. A maioria dos alunos é beneficiária do BPC. O CRAS estabeleceu um vínculo com a escola, a fim de proporcionar a essas crianças o atendimento com psicólogo, terapeuta ocupacional e fonoaudiólogo, que são profissionais atuantes no CRAS do município. Além desses profissionais, a escola conta com a presença de uma psicopedagoga e um fisioterapeuta. É realizado também no ambiente da escola, acompanhamento com os responsáveis.

Figura 5: (Dados sobre atendimento realizado no CRAS)

FORMULÁRIO 1 - RELATÓRIO MENSAL DE ATENDIMENTOS DO CRAS

MÊS: Janeiro / 20 18

Nome da Unidade: Centro de Referência da Assistência Social Nº da Unidade: | | | | | | | | | | | | | | | |

Endereço: Rua Nascimento Ferreira

Município: São Gonçalo dos Campos

UF: BA

Bloco 1 - Famílias em acompanhamentos pelo PAIF

A.	Volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF	Total
A.1.	Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	219
A.2.	Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência	12
B.	Perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês de referência	Total
B.1.	Famílias em situação de extrema pobreza	35
B.2.	Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	35
B.3.	Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em descumprimento de condicionalidades	19
B.4.	Famílias com membros beneficiários do BPC	7
B.5.	Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	3
B.6.	Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento	6

* Atenção! Os itens B1 a B6 buscam identificar apenas alguns "perfis" de famílias, portanto é normal que algumas famílias contadas no item A2 não se enquadrem em nenhuma das condições acima, enquanto outras podem se enquadrar simultaneamente em mais de uma condição; portanto o soma de B1 a B6 não terá, necessariamente, o mesmo valor relatado em A2

Bloco 2 - atendimentos individualizados realizados no CRAS

C.	Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS, no mês de referência	Quantidade
C.1.	Total de atendimentos individualizados realizados, no mês	113
C.2.	Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	12
C.3.	Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único	28
C.4.	Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC	3
C.5.	Famílias encaminhadas para o CREAS	6
C.6.	Visitas domiciliares realizadas	8

* Nos campos C1 a C6 devem ser contabilizadas todas as famílias/indivíduos, independente de estarem, ou não, em acompanhamento sistemático do PAIF

Bloco 3 - atendimentos coletivos realizados no CRAS

D.	Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, no mês de referência	Quantidade
D.1.	Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	102
D.2.	Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	17
D.3.	Crianças/ adolescentes de 7 a 14 anos em Serv. de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	35
D.4.	Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	20
D.5.	Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos	20
D.6.	Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado	27
D.7.	Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF	38

* Apesar dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos não estarem mais vinculados a faixas etárias, para facilidade de registro, as atividades devem ser contabilizadas, de acordo com o seu tipo, independente de estarem, ou não, no mesmo grupo.

Fonte: (CRAS São Gonçalo dos Campos)

A partir dos dados coletados no DATA SUAS e na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social é possível perceber que a população usuária¹⁷ dos serviços da instituição apresenta de forma significativa condição de vulnerabilidade social. Para se compreender as características dos usuários, serão destacados abaixo alguns pontos expressivos.

A população atendida no equipamento caracteriza-se por idosos, sendo que a maioria não é aposentada. Também são atendidas crianças inseridas em famílias em situação de vulnerabilidade e/ou que apresentam algum tipo de deficiência; quase a totalidade dos indivíduos adultos apresenta baixo nível de escolaridade; a maioria sobrevive com apenas um salário, sendo em muitos casos trabalho informal, sem carteira assinada; muitas mulheres são trabalhadoras do lar; constituem grupo familiar em sua maioria com 04 integrantes. Uma quantidade bastante significativa dos usuários do CRAS é beneficiária do Programa Bolsa Família e do BPC. Segundo dados do DATA SUAS, em 2015 foram contabilizados 202 idosos e 308 pessoas com deficiência beneficiárias do BPC.

Abaixo, um quadro indicando a cobertura de benefícios socioassistenciais no município (2015):

Figura 6: (Cobertura de benefícios socioassistenciais no município (2015))

Nome	Quantidade de beneficiários
Famílias beneficiárias do Bolsa Família	4.316
Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios às famílias (em reais – R\$)	635.969,00
Quantidade por Tipo de Benefício	
Benefício Básico	4.187
Benefício Variáveis	5.641
Benefício Variável Jovem – BVJ	766
Benefício Variável Nutriz – BVN	65

□

¹⁷ Dados coletados a partir das informações do DATA SUAS e relatórios emitidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, 2015/2016.

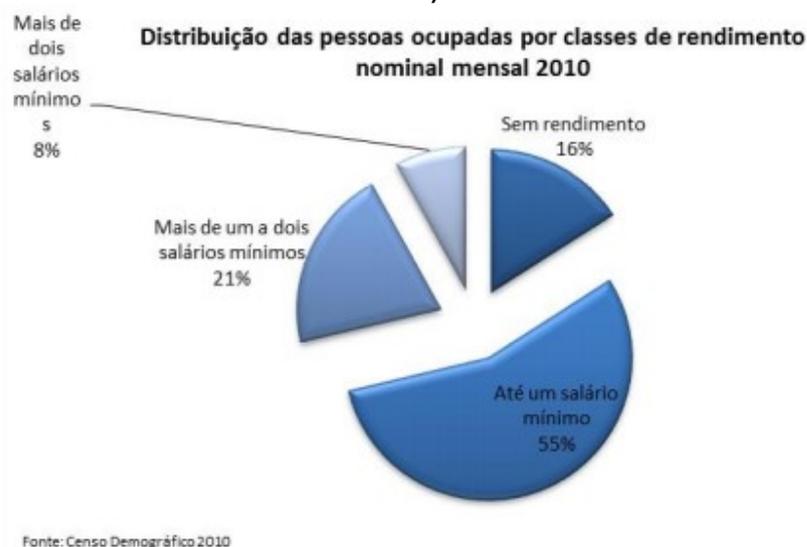
Benefício Variável Gestante – BVG	80
Benefício de Superação da Extrema Pobreza – BSP	1.235

Fonte: (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de São Gonçalo dos Campos)

No município de São Gonçalo dos Campos/BA, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em dezembro de 2015 era de 6.488, dentre as quais, 4.374 com renda per capita familiar de até R\$ 77,00; 470 com renda per capita familiar entre R\$ 77,00 e R\$ 154,00; 1.262 com renda per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo e 382 com renda per capita familiar acima de meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. No mês de janeiro de 2016, 4.316 famílias, representando 116,7% % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 147,35.

Gráfico 13: (Distribuição das pessoas ocupadas por classes de rendimento nominal mensal – 2010)



Fonte: (Censo Demográfico 2010)

O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 774,14. Entre os homens o rendimento era de R\$ 880,28 e entre as mulheres de R\$ 663,17, apontando uma diferença de 32,74% maior para os homens. (Data SUAS)

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de novembro de 2015, atingiu o percentual de 99,8%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 3.503 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 3.510. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 99,9%, resultando em 957 jovens acompanhados de um total de 958.

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2015, atingiu 88,2%, percentual equivalente a 3.175 famílias de um total 3.599 que compunham o público.

Com relação a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos no município de São Gonçalo dos Campos, temos, em dezembro de 2015:

Figura 7: (Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos no município de São Gonçalo dos Campos (2015))

Grupo	Quantidade
Famílias quilombolas cadastradas	22
Famílias quilombolas beneficiárias do Programa Bolsa Família	14
Famílias ciganas cadastradas	1
Famílias ciganas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro cadastradas	2
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro beneficiárias do Programa Bolsa Família	1
Famílias de pescadores artesanais cadastradas	24
Famílias de pescadores artesanais beneficiárias do Programa Bolsa Família	23
Famílias ribeirinhas cadastradas	8

Famílias ribeirinhas beneficiárias do Programa Bolsa Família	5
Famílias de agricultores familiares cadastradas	124
Famílias de agricultores familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família	104
Famílias de preso do sistema carcerário cadastradas	3
Famílias de preso do sistema carcerário beneficiárias do Programa Bolsa Família	2
Famílias de catadores de material reciclável cadastradas	2
Famílias de catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família	2

Fonte: (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de São Gonçalo dos Campos)

É possível perceber que uma quantidade significativa dos grupos tradicionais e específicos do município é beneficiária do PBF. Isso significa que se trata de famílias pobres e extremamente pobres e a partir desse diagnóstico pode-se perceber que nessas comunidades há um índice de vulnerabilidade significativo. E que, portanto devem ser inseridos como demandatários dos equipamentos da assistência social.

3. O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO E OS DESAFIOS DO TRABALHO SOCIAL NO CRAS

3.1 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos no município

O município de São Gonçalo dos Campos possui apenas um CRAS, mas apresenta uma demanda muito grande de atendimentos. Os acompanhamentos com os técnicos de nível superior acontecem apenas na sede do CRAS e na Escola Sementinha da Vida. Já o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos contempla o distrito de Mercês, onde estão inscritas 20 crianças e adolescentes, e um bairro na periferia da cidade onde estão inscritas 14 crianças e adolescentes. Estão sediados no CRAS mais dois grupos que totalizam 24 crianças e adolescentes. Os grupos do serviço de convivência acontecem de segunda a quinta e nos dias de sexta-feira são realizadas as reuniões de planejamento das atividades semanais. Participam dos grupos os orientadores sociais e dois *oficineiros* (que também são orientadores sociais, porém freqüentam os grupos uma vez por semana realizando oficinas, jogos e esportes); um profissional de educação física e um professor de dança.

O CRAS conta também com o grupo de apoio a gestantes, integrado ao Programa Bebê a Bordo, com encontros semanais e o grupo de idosos, cujos encontros são nos dias de segunda e quarta-feira. Com relação ao grupo de idosos, refere-se a um serviço realizado em conjuntos pelo CRAS e a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. A parceria consiste em realizar atividades físicas com o grupo, sob a orientação de dois profissionais de educação física. As atividades acontecem em uma praça do município, onde estão disponíveis aparelhos de ginástica para a população. São realizados dois encontros por semana, tendo início às 07:00h e término às 08:30h. Após o encerramento das atividades, o grupo se encontra no CRAS para dar início às atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos.

Um fator curioso é que 100% dos participantes do grupo são mulheres. A falta de interesse, a falta de vontade pessoal e principalmente o preconceito são os grandes motivos apontados por para a ausência de adesão de homens nesses centros de terceira idade. Para que possamos mudar esse quadro é preciso que se realize um grande trabalho de conscientização dos benefícios que essas atividades acarretam a saúde do idoso e uma divulgação maciça dos grupos existentes na cidade. Além disso, é importante a oferta de atividades atrativas que sirvam de incentivo para a participação dos mesmos.

3.2 O trabalho dos profissionais que compõem a Proteção Social Básica: reflexões a partir da pesquisa de campo

Nesse momento de apresentação e análise acerca do objeto de estudo, o trabalho social na proteção social básica, é necessário esclarecer previamente como se deu as entrevistas os limites e desafios encontrados para a realização das mesmas. Primeiro, no período da realização das entrevistas, alguns profissionais estavam de férias, por isso a dificuldade de contatar os profissionais.

Apesar dos percalços devido ao cotidiano dos profissionais e por alguns trabalharem também em outro município, consegui entrevistar 04 componentes da equipe que soma um total de 12 integrantes. Foram eles: a psicóloga, o fonoaudiólogo, a orientadora social e uma das assistentes sociais. A equipe também conta com uma terapeuta ocupacional, mas a mesma não se encontrava na cidade no período da realização das entrevistas. Todos os entrevistados concederam a entrevista de maneira natural e não demonstraram nenhuma resistência em responder as questões. É válido salientar que todos deram total consentimento de apresentação do conteúdo da entrevista, assinando Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme modelo anexo.

No momento da elaboração do roteiro de entrevista, a principal intenção foi traçar um perfil de como a equipe atuante percebe o seu trabalho na política de assistência social e quais são os principais desafios nesse campo de atuação.

O vínculo empregatício de todos os entrevistados é de contrato de trabalho, o que se encontra em descompasso com o exigido pela NOB/RH SUAS, a qual determina que os funcionários (a) dos (a) CRAS sejam concursados pelos respectivos municípios, evitando, assim, que o desenvolvimento das atividades realizadas seja prejudicado. Além do que, tal forma de vínculo empregatício constitui mais um forte indicativo do processo de precarização das condições de trabalho que assola o serviço público nos municípios.

Para melhor compreensão da realidade do campo sócio ocupacional em questão, e sobre a atuação profissional nessa área, procuramos apreender a partir das respostas, como ocorrem as intervenções dos profissionais no cotidiano. As reflexões da equipe em relação a seu campo de atuação comprovam, em parte, conhecimento teórico-legal, em relação, principalmente ao que está estabelecido para a Proteção Social Básica na Política Nacional de Assistência Social.

Ao solicitarmos do(as) profissionais que descrevessem sua rotina diária e as demandas mais recorrentes no cotidiano do seu trabalho, as respostas dadas pelos entrevistados variaram de acordo com as especificidades profissionais, em sintonia com o que trata a PSB, demonstrando também as dificuldades advindas de um contexto de precarização das condições de trabalho.

Tenho uma carga horária de três horas diárias. Pego o transporte aqui no centro da cidade 13:10h retorno às 18:00h, na verdade eu dependo do transporte dos professores, pois aqui no CRAS não tem um transporte disponível para o serviço, então eu fico dependendo de outro transporte para poder me deslocar. Trabalho no distrito de Mercês no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, onde atendemos um grupo de crianças com a faixa etária de 06 a 10 anos e adolescentes de 11 a 17. São realizadas atividades e oficinas onde tratamos de temas como saúde, meio ambiente, direito das crianças e adolescente, etc. Além de mim, o grupo conta com a participação de um oficinairo que é formado em educação física e uma vez por semana auxilia nas atividades com as crianças. (Orientadora Social)

Eu atendo no CRAS dois dias na semana, realizo atendimento individual e coletivo com atuação na identificação e prevenção de riscos e vulnerabilidades

sociais. Ofereço uma escuta qualificada com a qual colaboro para transformar os entraves no desenvolvimento psicológico, tendo um caráter preventivo e não curativo. A escuta é muito importante e favorece de forma a evitar o sofrimento psíquico das pessoas. Você escutar, atender com atenção, você acolher, isso é muito importante para as famílias que tem vulnerabilidade social. (Psicóloga)

Sou contratado de 20 horas. Trabalho das 08:00h às 12:00h e de 14:00h às 17:00h nos dias de quinta e sexta-feira. A população que eu atendo são crianças que estão em situação de vulnerabilidade que acabam apresentando algum problema de fala, de linguagem, problema estrutural de família que a gente acaba trabalhando em conjunto com a psicóloga.

Alem desses acompanhamentos, a gente também acompanha as visitas às famílias e desenvolvemos um trabalho com um grupo de crianças de 0 a 6 anos. É uma oficina de leitura, escrita e desenvolvimento de linguagem. Tem outro grupo que a gente está organizando para esse ano que é o grupo de crianças de 6 a 10 anos. Esse grupo também será uma oficina, mais pautada na leitura e na escrita que muitos deles, por passarem por questões de situações de vulnerabilidade, por questões de problemas familiares acabam cursando com problemas escolares e esses problemas escolares tem repercussão para a vida toda. Então, por trabalhar com família, a gente não pode olhar apenas aquela mãe e aquele pai e sim olhar a família em um contexto mais macro. Na família constituída pela mãe e pelo pai, ou pela mãe e pela mãe, ou pelos rearranjos todos que se faz hoje e as crianças que estão ali envolvidas. Elas muitas vezes não são valorizadas, mas é quem sofre mais. É onde as frustrações, as ansiedades as repercussões todas dos problemas familiares acabam reverberando. Então um olhar para essas crianças possibilita um resgate. Possibilita resgatar essas pessoas para a vida. Esse é o papel que a gente acaba desenvolvendo, resgatando essas crianças que estão em situação de vulnerabilidade para a vida de forma mais diretiva, de forma mais organizada. (Fonoaudiólogo)

Uma parcela significativa dos atendimentos realizados no CRAS exige uma imediatividade de atendimento dos profissionais e por mais complexa que sejam as demandas dos usuários, a equipe deve estar preparada para enxergar ações além do imediatismo, pois os atendimentos ocorridos de imediato “resolvem” apenas o aparentemente imediato, deixando-se de conhecer as particularidades que desencadearam aquela demanda tão complexa.

Nesse sentido, a qualificação profissional contínua é essencial, daí a necessidade de promoção, por parte do Estado de cursos de capacitação¹⁸, e do

□

¹⁸ Importante ressaltar que o governo federal, a partir de 2014, desenvolve o Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social- CapacitaSUAS. O mesmo constitui uma estratégia de apoiar os Estados e o Distrito Federal na execução dos Planos Estaduais de Capacitação do SUAS, visando o aprimoramento da gestão e a progressiva qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais. Tem como objetivo promover a capacitação dos gestores, trabalhadores e

profissional estar participando de encontros, debates; sempre pesquisando, buscando atualizar-se sobre as transformações sociais na sociedade; interagindo com os outros profissionais que compõem a equipe. Para que não venha a se transformar em um profissional burocratizado, um profissional imediatista. É fundamental que os trabalhadores sociais do CRAS compreendam que a ação mais imediata sempre se fará presente no atendimento a demanda institucional, mas é importantíssimo que se planejem para agir também sobre as determinações implícitas e não tão aparentes dos processos de vulnerabilidade social.

Durante muito tempo o Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos foi desenvolvido sem nenhuma base teórica. O CRAS funciona no município desde 2011 e somente no ano de 2015 a instituição ofereceu à equipe um curso de capacitação que contemplou os padrões conceituais, operacionais e metodológicos do serviço. Segundo a Orientação Técnica Sobre o serviço, a capacitação das equipes deve ser desenvolvida de modo a construir-se em um processo permanente de aquisição de conhecimentos por meio de escolarização formal ou processos informais de troca e compartilhamento de saberes, abrangendo as vivências dos envolvidos em seu processo de trabalho e demais experiências agregadas ao longo de sua formação profissional.

Tal questão fica evidenciada nos depoimentos da orientadora social e da assistente social.

Eu tenho hoje 6 anos como orientadora social. Trabalhei três anos na comunidade de Afligidos e há três anos que trabalho em Mercês que é um distrito do município de São Gonçalo. Logo quando eu cheguei não me falaram qual era o meu papel dentro desse serviço. Na verdade me chamaram, disseram que eu iria trabalhar com crianças e adolescentes e antes era o PRO JOVEM ADOLESCENTE e hoje foi unificado e se tornou Serviço de Convivência. Mas não me deram dicas de como é que eu iria trabalhar, o que é

□

conselheiros da Assistência Social, que pautada pela Gestão do Trabalho e a Educação Permanente, exige um novo perfil de trabalhadores, éticos e comprometidos com o exercício profissional. Com relação aos sujeitos de nossa pesquisa, no ano de 2015, entre os 04 profissionais entrevistados, 01 participou da Capacita SUAS. E no ano de 2014 uma assistente social do município também participou da capacitação.

que eu iria fazer com essas crianças. Já tivemos alguns cursos de capacitação, mas não eram direcionados a nossa atuação. Só esse ano tivemos um curso onde foi orientado realmente o que é que a gente deve fazer, qual é o nosso papel dentro desse serviço. Percebo que a nossa atuação nos grupos é de muita importância. Devemos ter um olhar voltado às famílias, principalmente lá em Mercês por ser uma comunidade mais afastada e as pessoas tem menos acesso a informação. Tem muitas famílias precisando de um apoio, uma orientação, um encaminhamento para determinado profissional. Então hoje eu consigo ter um olhar mais sensível para enxergar essas necessidades.

Temos também algumas dificuldades. Como o transporte por exemplo. Se tivesse um transporte exclusivo para esse serviço facilitaria. Muitas vezes é preciso fazer uma visita com a assistente social e o carro não pode ser deslocado até Mercês, pois o mesmo carro atende a várias instituições.

A merenda mesmo que é oferecida no serviço precisa ser repensada, melhorada e tantas outras coisas que precisam melhorar. Sabemos que tem uma verba específica pra isso e não é investida da melhor maneira.

O curso de capacitação que aconteceu aqui melhorou não só na vida das crianças que são atendidas, como também na maneira da gente intervir nesses processos. Hoje eu vejo que a gente é uma rede, depende realmente dessa rede para solucionar alguns problemas. E antigamente a gente trabalhava independente e isso só dificultava. Não tínhamos um apoio dessa equipe. Era um trabalho isolado e hoje a troca com outros profissionais influencia bastante. Hoje eu sei que meu papel é esse. É estar conversando com as famílias e fazer o encaminhamento para a assistente social. Fazer esse intercâmbio. (Orientadora Social)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é organizado em grupos de modo a garantir aquisições aos seus usuários. Tem os orientadores sociais que ficam a frente dos grupos e sinalizam a necessidade do acompanhamento familiar. Aí acompanhamos aquela família e tentamos orientar na construção de suas histórias e vivências individuais e coletivas na família e no território.

Nosso trabalho é sistematizado e planejado e através da observação e do planejamento acompanhamos a família e realizamos as ações necessárias. (Assistente Social)

Nesse sentido, indaga-se, por exemplo, como é que um orientador social, que executa atividades laborativas com as crianças pode encaminhar/identificar demandas sociais relevantes se ele não for capacitado para tanto? A sensibilidade técnica não é algo inerente aos profissionais, ela se dá a partir de processos de capacitação.

Se um orientador social não for preparado pra identificar indícios de violações de direitos, como ele pode sinalizar aquela demanda para os técnicos de nível superior? É importante ter essa preocupação com a capacidade técnica do profissional que está desempenhando o serviço

Percebe-se também nos depoimentos acima que a equipe relata a importância do trabalho coletivo principalmente dentro da política de assistência social. Relataram a importância das redes que podem ser estabelecidas ou acionadas, tentando garantir a efetivação dos direitos dos cidadãos.

Diante do questionamento em relação à importância dos serviços ofertados pelo CRAS junto a comunidade todos destacaram a importância de oferecer às famílias o acesso a Proteção Social Básica e o trabalho voltado a defesa intransigente dos direitos dos indivíduos que buscam a instituição. Foi explanada também a dificuldade de estender os serviços a toda comunidade. Devido à falta de transporte e de mais componentes na equipe de trabalho, os serviços da proteção básica praticamente se restringem à população do centro da cidade, com exceção do trabalho realizado no Distrito de Mercês. E na zona rural, onde existem muitas comunidades em situação de risco social, os serviços não se viabilizam.

É de fundamental importância o CRAS tá envolvido com a comunidade, pois só assim a gente consegue resolver alguns problemas que vão surgindo em algumas famílias e conseguimos desenvolver um trabalho social, que isso também é muito importante. Através das formações que existem lá no CRAS é possível perceber a valorização e a importância de se ter o grupo de idosos, o grupo de apoio às gestantes e os grupos de crianças e adolescentes, além dos outros vários serviços; temos o fono (fonoaudiólogo), terapeuta ocupacional, assistente social, psicóloga. Temos nós, os orientadores sociais e os facilitadores. Juntos conseguimos desenvolver um bom trabalho junto a essas famílias.

O CRAS não atende bem às comunidades devido à demanda daqui da cidade que é muito grande e não temos um transporte exclusivo para isso. Só temos uma assistente social para varias demandas. Tanto do centro da cidade quanto da zona rural, então fica um pouquinho puxado dar conta de tanta coisa.

Se tivesse um maior investimento financeiro... a gente sabe que a verba vem, mas poderia ser mais aproveitada, né? É um serviço bastante importante aqui na comunidade, a gente precisa realmente dar assistência a essas famílias que precisam dos nossos serviços, então eu acho que tendo um maior aproveitamento do financiamento, o serviço seria melhor aproveitado.

(Orientadora Social)

O trabalho desenvolvido pelo CRAS junto à comunidade é importante para atribuir a organização de rede socioassistencial, e é oferta também na proteção de saúde básica. É uma unidade responsável pela oferta de serviço de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social nas áreas de vulnerabilidade e risco social. É um trabalho de caráter preventivo, protetivo e proativo. A importância desse trabalho na comunidade é uma importância realmente de

prevenção a riscos. Essa é a principal importância junto à comunidade. A importância das oficinas que são realizadas, de todo contexto que é trabalhado dentro do CRAS no sentido de propor uma vida melhor para essas famílias. O objetivo da equipe inserida no CRAS é articular a rede socioassistencial, de proteção social e básica, promovendo a articulação inter-setorial e a busca ativa. (Psicóloga)

Extremamente importante devido ao papel que o CRAS tem de desenvolver um trabalho com essas famílias em situação de vulnerabilidade social. O CRAS faz com que essas famílias se sintam mais acolhidas e melhorando um pouco a condição de vida em termo de informação, conhecimento, de direcionamento de vida... então eu acho que é extremamente importante o trabalho do CRAS. Na nossa cidade só temos um CRAS e fica no centro da cidade, então eu acho que a gente fica um pouco descoberto. Tem um papel tão importante, mas tem apenas um. Talvez tendo mais um, com mais profissionais, conseguiríamos ter uma cobertura um pouco maior e o trabalho seria melhor desenvolvido. (Fonoaudiólogo)

Com relação à questão que indaga sobre a percepção da própria atuação dentro do que é proposto no CRAS, foi percebido que os profissionais apresentam um grau relativo de entendimento sobre a Política de Assistência Social e se percebem enquanto profissionais que viabilizam a garantia de direitos a população. Da mesma forma afirmam que o diálogo entre os profissionais que compõe a rede também facilita no andamento dos processos. Como é o caso da atuação do fonoaudiólogo que atua com crianças que tiveram direitos violados e que, essa violação acabou refletindo na forma de uma patologia na fala. É um trabalho pioneiro, mas que merece destaque, pois foi percebido a necessidade de um profissional que não está previstos como um profissional da Proteção Social Básica mas que atende a uma demanda muito presente no contexto da comunidade.

É um trabalho pioneiro, um trabalho praticamente experimental, porque segundo o meu Conselho aqui na Bahia eu sou o único fonoaudiólogo atuante em um CRAS. Porém, o trabalho que eu acho bem importante é porque muitas dessas crianças que estão em situação de vulnerabilidade que acabam passando por algum tipo de problema, abuso, acabam desenvolvendo patologias na fala.

A família vem, chega ao Serviço, aí tem a criança que tem alteração na fala em decorrência do problema estrutural da família e estando com um fonoaudiólogo trabalhando junto ao serviço, o acolhimento a essa família vai ser muito maior e muito mais efetivo. (Fonoaudiólogo)

Dentro do meu propósito de atuação no CRAS, eu me percebo como um profissional que atua *visando promoção em saúde* e a qualidade de vida das pessoas. Não só individualmente como na coletividade. Eu contribuo para um contexto de *eliminar*¹⁹ qualquer forma de negligência, discriminação, exploração e violência.

A escuta é muito importante quando a gente pensa naquela família que está em situação de risco e que não existe *ninguém* pra dar um acolhimento, um suporte... e a gente pensa em um olhar de observar, de ouvir, de dar alternativas no momento em que a pessoa está na situação de risco. É importante o olhar do psicólogo, o falar, o acolhimento. Isso facilita a situação de busca na demanda existente. (Psicóloga)

Muito bom. Busco direcionar meu trabalho na ética e no comprometimento. É um trabalho árduo, mas gratificante. No início da atuação a gente entra cheia de expectativas, medos, inseguranças e no decorrer do tempo baseado nas experiências, nos desafios nós vamos crescendo enquanto profissionais e aí que vai melhorando e ficando mais gratificante. Esse é o propósito do assistente social no CRAS. Fortalecer a função protetiva da família, fazendo com que os indivíduos se percebam como sujeitos de direitos e que aqueles direitos estão ali para serem efetivados, resultando na qualidade de vida deles e da família. (Assistente Social)

Sabemos que o ser humano vive em interação permanente com os aspectos que lhe compõe. Assim, é preciso cuidar tanto dos aspectos físicos como psicológicos. É de suma importância, compreender as expectativas e necessidades de cada pessoa a fim de nortear o foco do trabalho, inclusive o terapêutico, quando for necessário. É a partir da avaliação psicológica que se estabelece o plano de cuidados, que pode consistir em atendimento individual ou atendimento em grupo, em orientações específicas ou em encaminhamento para grupos temáticos ou serviços ofertados. Nesse sentido é que a psicóloga e a assistente social se percebem como contribuintes, no sentido de diminuir consideravelmente qualquer forma de violação de direito. A família é a primeira “forma” de apoio. Por vezes a pessoa passa por um problemas, mas os indivíduos da família não percebem, ou se percebem não sabem como ajudar. Eles não tem a mesma percepção que um profissional vai ter. Ou seja, tem o apoio da família, mas é preciso um acolhimento técnico.

□

¹⁹ Destaque em itálico da autora.

É importante destacar também que no ambiente do CRAS o usuário não deve ser “patologizado”, nesse sentido a assistente social juntamente com a psicóloga deve utilizar recursos teóricos e técnicos a fim de compreender os processos subjetivos que podem gerar ou contribuir para a incidência de vulnerabilidade e risco social de famílias e indivíduos; contribuir para a prevenção de situações que possam gerar a ruptura dos vínculos familiares e comunitários e favorecer o desenvolvimento da autonomia dos usuários do CRAS.

Na fala dos profissionais entrevistados, foi questionado como eles percebem a atuação do assistente social naquele espaço sócio-ocupacional. Cada profissional destacou um aspecto presente no cotidiano profissional do assistente social, alguns até não percebidos pela própria assistente social.

É muito importante o assistente social está nesses lugares. Mas as dificuldades são muitas. As demandas aqui na cidade são muitas pra uma só assistente social dar conta. Não tem um carro disponível pra ela. Ela tenta sanar os problemas, mas devido às demandas acaba por atender a uns e a outros não. Os resultados acabam não sendo satisfatórios e muitas famílias acabam até não procurando os nossos serviços. As vezes até por não entender a real situação do CRAS. (Orientadora Social)

A atuação do assistente social nesse espaço sócio-ocupacional é de extrema importância assim como a equipe trabalha de forma interdisciplinar. Nosso objetivo é efetivar o trabalho. É preciso promover encontros entre os diferentes saberes. É uma forma a mais de ver e de fazer a assistência social. A psicologia social, não só a social como a comunitária, ela visa aliar a assistência social na construção de uma abordagem participativa, com desenvolvimento de potencialidades, na autonomia, no fortalecimento de vínculos. Então o trabalho interdisciplinar é fundamental, é de extrema importância quando a gente pensa nessa questão de unir os vínculos, de unir os saberes.

Assim como a psicologia, a assistência social estuda os aspectos do sujeito como um todo. Os aspectos sociais e como esse indivíduo está inserido, em que condição social, estado nutricional... uma série de coisas que você acaba fazendo um levantamento familiar e você ver a melhor forma de conduzir aquele indivíduo para encaminhamento de serviços existentes no município. (Psicóloga)

Imprescindível. O assistente social tem o papel de acolher essa família, de intervir nessa família e direcionar essa família. Tem um papel importantíssimo. Tanto nas visitas quanto nos encaminhamentos todos. *Eu acho que acaba faltando (não sei se por conta de formação ou de grade) um pouco de uma formação mais relacionada à psicologia social*²⁰. Maiores informações de como

□

²⁰ Destaque em itálico da autora

lhe dá com essas famílias em um sentido mais psicológico. Não sei se isso irá desvirtuar o trabalho do assistente social, mas acho que daria mais bagagem para que pudessem ser mais efetivos e incisivos nas práticas. Às vezes fica muito mais direcionado a encaminhamentos e não tem aquele acompanhamento mais direto. Eu acho que se tivesse um pouco mais de informação sobre a psicologia social, como se organizam as famílias... Não somente pautado nas políticas, mas sim na forma de como essa família se organiza hoje, nos arranjos e rearranjos que isso está se dando e a repercussão disso na estruturação familiar, eu acho que o trabalho seria muito mais efetivo. Porém eu vejo que o trabalho do assistente social é extremamente importante nesse ambiente do CRAS. Não só no CRAS, mas em tantos outros ambientes. Eu acho que a política hoje que está tendo... tem alguma coisa tramitando no congresso, de ter o assistente social nos PSF's é outra coisa que eu acho muito relevante. O PSF trabalha com as famílias, e não tem um assistente social para está na prática com essas famílias? Então, tanto no CRAS como em outros ambientes, o assistente social é importante devido ao papel de busca das informações dessa família e direcionamento da mesma no meio social, muitas vezes como profissional que vai resgatar essa família de uma situação muito difícil e direcioná-las para as políticas todas que podem ter a disposição dela para melhor atuação e condição de vida. (Fonoaudiólogo)

É uma rotina intensa, com média de 10/15 atendimentos diários, com maiores demandas de inclusão e atualização de cadastro no CADÚnico. Nesse processo o demandatário é acolhido e orientado, colhido as informações socioeconômicas. É elaborado um relatório técnico e encaminhado para agendamento no Programa Bolsa Família. Traz de volta esse agendamento e entregue ao demandatário ou entra em contato com o mesmo para que leve a documentação necessária e atualize o cadastro. Nos intervalos entre os atendimentos, elaboramos pareceres técnicos, realizamos visita domiciliar/contato telefônico com a família caso seja necessário um atendimento individual ou de grupo. Também entramos com outras instituições, escolas, Unidade Básica de Saúde, de acordo com a demanda apresentada. Também trabalhamos muito com solicitação de segunda via de documento. Então é analisado se aquela pessoa tem condição ou não de pagar e diante da confirmação, concedemos o encaminhamento de gratuidade para que essa pessoa tenha o direito de ter sua segunda via de documentos sem ônus nenhum.

Quando o usuário busca o CRAS e é atendido é realizado um processo de escuta onde é visualizando a necessidade de um acompanhamento familiar. Quando isso acontece nós elaboramos um plano de ação para trabalhar nessa família.

Não podemos deixar de falar do principal. Dos serviços que são ofertados na Proteção Social Básica, entre eles, o PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família) que consiste em um trabalho social de caráter continuado na finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir as rupturas dos seus vínculos, promovendo acesso aos seus direitos, contribuindo na melhoria e na qualidade de vida daquela família. (Assistente Social)

Com relação às possibilidades de atuação no âmbito do serviço social, os entrevistados identificaram problemas como “falta de recursos materiais”; a importância

de se desenvolver uma abordagem mais participativa; havendo também uma sugestão para que o assistente social, em seu processo formativo, tivesse um conhecimento mais aprofundado de psicologia social, como forma de tornar as práticas mais eficaz e menos burocratizada.

Tal sugestão pode demonstrar certa confusão entre as atribuições do assistente social e do psicólogo, sendo importante resgatar que a formação em serviço social prevê o conhecimento de psicologia. Por outro lado, o comentário do depoente também indica percepção de possível excesso de burocracia no trabalho de serviço social. Nesse sentido, ressalta-se que um conjunto de direitos e deveres estão postos para o/a assistente social no seu Código de Ética Profissional, dentre eles: “Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados” (Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, 1993).

O assistente social não pode esquecer-se da dimensão sócio-educativa condicionada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais.

Resumindo, concebe-se que a lógica das ações sócioeducativas, realizadas no escopo dos processos sociassistenciais, está centrada nos usuários, enquanto sujeitos de Direitos. Nessa lógica, desenvolve-se, por meio das relações que se estabelecem entre assistentes sociais e usuários, um processo educativo que possibilita aos usuários, a partir de suas individualidades, apreender a realidade de maneira crítica e consciente, construir caminhos para o acesso e usufruto de seus direitos (civis, políticos e sociais) e interagir no rumo da história de sua sociedade. Essa concepção exige, por um lado, o rompimento com a lógica tradicional dos processos sócioassistenciais por ser ela calcada prioritariamente na consecução dos objetivos institucionais, em respostas pontuais as demandas marcadas por uma leitura fragmentada da realidade social e por ter ela um caráter disciplinador (MIOTO, 2009, p 4)

Por solicitação nossa durante a entrevista, foi relatado pela equipe alguma história que marcou a atuação profissional e todos destacaram pontos positivos da sua atuação e como colaboraram no processo de transformação dos usuários. Na verdade, observamos que, com exceção do fonoaudiólogo, os demais foram genéricos em suas respostas.

Lá em Afligidos, onde eu trabalhei antes, eu não sei se era pelo fato de os adolescentes de lá me conhecerem ou está em um período de rebeldia, mas eu não sentia um vínculo entre eles. Era uma turma de 25 alunos, quando na verdade 15 não tinha interesse em participar. Isso dificultava muito o meu trabalho, é tanto que eu pedi para me trocar de comunidade. Consegui e hoje estou em uma comunidade que me abraça, que gosta do meu serviço. As pessoas estão o tempo todo me procurando para inserir o filho no serviço de convivência. Isso é importante, porque a gente ver essa valorização a partir dessa procura das famílias. Muitos me procuram para saber o que é que o Serviço oferece, me procuram para saber como o filho está se comportando. Eu sempre busquei fazer o meu melhor, mas só que o trabalho era feito de maneira muito individual. Na verdade eu não sabia que trabalhava em uma “rede” que me dava sustentabilidade, mas hoje eu vejo que o CRAS é uma família, é uma “rede” e nós devemos estar sempre procurando os outros profissionais pois só assim vamos conseguir realmente alcançar nossos objetivos dentro do CRAS. (Orientadora Social)

Existem histórias diversas que acontecem no dia-a-dia. Eu tenho quase dez anos de profissão e oito anos trabalhando na assistência social. Então, o que realmente me chama a atenção são os desafios, sabe? Como o desafio me faz crescer, como o desafio me motiva a construir uma intervenção de transformações, na direção de promover as condições de vida. Então o desafio de promover uma condição de vida é o que mais realmente me marca na minha atuação, quando você acaba percebendo que você está conseguindo promover a saúde e a qualidade de vida daquela pessoa, naquela coletividade é muito gratificante pra gente. Eu falo a gente no sentido de todos os profissionais inseridos no CRAS. Eles anseiam os desafios, se realizam na conclusão desses desafios. (Psicóloga)

Tem uma história específica, de um menino que sofria abuso e acabou desenvolvendo gagueira por conta dessa questão. A mãe chegou, procurou o CRAS primeiro, a gente a encaminhou para o CREAS, ela referiu que o menino era gago. Como eu estava no serviço, fiz o acolhimento dessa família, atuei junto à gagueira desse menino e ele vem melhorando. O caso foi encaminhado para a assistente social. A mesma foi lá, fez a intervenção, ele foi direcionado para o CREAS, houve um direcionamento também referente ao afastamento da pessoa que o abusou, que foi um parente próximo. O que mais chamou atenção foi o fato de que a criança acabou desenvolvendo uma patologia, chamada patologia da fala, em decorrência de uma violação de direitos. Não só esse caso, mas muitos outros acabam tendo repercussão. Crianças que apanham muito acabam desenvolvendo gagueira, ou algum tipo de atraso na fala. É uma violação de direito e reflete no desenvolvimento da criança. Pelo fato de o fonoaudiólogo trabalhar com o desenvolvimento infantil, o papel dele no CRAS “sai aos olhos”. Coloca-se uma luz sobre essa questão. Essa foi uma das histórias mais interessantes. Como a gente trabalha com família, cada família é uma história diferente. Todas as histórias acabam sendo marcantes, pois quando você tem o compromisso de lhe dá com a família o seu trabalho acaba sendo significativos pra elas também. (fonoaudiólogo)

O que me marcou, foi o início da minha atuação que sair da universidade com toda aquela bagagem, mas ainda imatura para o mercado de trabalho, mas com a satisfação de contribuir para o resgate e preservação da integridade da qualidade de vida do usuário. (assistente social)

São muitos os desafios de trabalhar em uma instituição pública em que o desempenho de cada profissional não depende somente dele, mas de toda a equipe, por ter um enfoque interdisciplinar. Ou seja, o trabalho em equipe não pode negligenciar a definição de responsabilidades individuais e competências. Deve-se buscar identificar papéis e atribuições, de modo a estabelecer objetivamente quem, dentro da equipe, encarrega-se de determinadas tarefas.

Cada depoimento mostra uma forma de entendimento diferente do que seja o trabalho no CRAS, sem dúvida que a perspectiva de construção de vínculos está presente em todos os depoimentos, contudo, não podemos perder de vista que o estabelecimento dos vínculos é o primeiro passo, porém insuficiente, para propiciar uma articulação entre ações sociais.

Toda equipe deve ser qualificada para desenvolver ações que potencializa a capacidade dos indivíduos em se organizar, se articular para a conquista de direitos. O trabalho social segue essa lógica, porém, como uma estratégia de gestão social que se habilita como um instrumento de trabalho, não se reduz apenas à articulação, mas necessita de conhecimentos específicos para a sua concretização. Ou seja, é de fundamental importância que cada profissional desenvolva o que diz respeito as suas potencialidades, mas que haja uma convergência de suas ações para uma determinada família/indivíduo. A falta dessa competência tem ocasionado o surgimento de diversos entendimentos sobre o que seja o trabalho social dificultando sua operacionalização e atrelado a isso, a constante impossibilidade de responder concretamente a todas as demandas, devido à ausência e/ou frágil gestão administrativa de recursos não só materiais, mas também financeiros.

Para que o sistema se efetive há que se ter recursos financeiros em quantidade e qualidade suficientes, porém as ações devem ser iniciadas considerando os recursos existentes no município. Ações como a metodologia do trabalho com família, a

formação de redes, entre outros devem previstas inclusive no planejamento orçamentário.

Com relação a especificidade do serviço social, a assistente social relatou que “o papel principal do serviço social no CRAS é tornar a política de assistência acessível a todo cidadão” e, nesse processo, o principal desafio é “a precariedade do trabalho e a clarificação do verdadeiro papel do SUAS como garantia de direitos pautado numa perspectiva operativa de implementação da política.”

Sim, é papel do serviço social, mas não exclusivamente dele. Toda a equipe deve atuar com vistas a fortalecer a relação existente entre os membros das famílias referenciadas e ainda a relação entre a comunidade local a fim de propiciar mecanismos e meios de desenvolver as potencialidades de cada um. É dever de todos os profissionais atuantes na proteção básica realizar suas ações direcionados pela ótica do direito, e devido à diversidade das demandas familiares, realizar o planejamento prévio dessas ações, ou seja, é necessário a elaboração de uma metodologia para que o trabalho com essas famílias surta resultados e para que auxilie no processo de construção de respostas profissionais sustentáveis.

A partir das entrevistas nota-se que os depoimentos refletem que os profissionais têm conhecimento a respeito da política de assistência, o que já se caracteriza como fator positivo no que diz respeito a efetivação da política de proteção básica de São Gonçalo dos Campos.

No entanto, é importante salientar que a efetivação da política de assistência, assim como outras políticas públicas, deve contar com a participação da população demandatária. E, no município em questão, considerando a minha condição de interlocutora privilegiada com o tema, uma vez que vivenciei minha experiência de estágio na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e posteriormente fui trabalhar no CRAS e estou concluindo o curso de graduação em Serviço Social, percebe-se que o demandatário da assistência social não se constitui um co-sujeito na sua efetivação. Sendo que um dos prováveis fatores determinantes para isto seja a visão conservadora de ajuda, que os atores envolvidos com a política

de assistência têm de sua própria área de atuação. Na verdade, essa visão precisa ser superada para avançar na concretização da política pública.

A pesar de todos os entraves apresentados, os depoimentos registrados demonstram conhecimento sobre a Política de Assistência Social dos entrevistados, o que significa um passo importante na efetivação da mesma. Ainda que esse conhecimento não se estenda a todos os profissionais, esses relatos já marcam novos direcionamentos e maneiras de compreender o trabalho social no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho socioassistencial, a equipe multiprofissional deve ter clareza que a assistência é direcionada a quem dela necessitar, o que não significa em hipótese alguma que é uma política para pobres. É preciso abandonar os preconceitos já enraizados muitas vezes, nos quais os cidadãos não se reconhecem como usuários da assistência social por não quererem se rotularem como dependentes de uma política para pobres.

Mas porque que isso acontece?! Será que nós, profissionais inseridos nessa política, não estamos rotulando que esta é uma política para pobres? Que perfil profissional é esse e que usuários são esses que nós estamos ajudando a construir? É importante que, através do trabalho desenvolvido, eles se reconheçam como cidadãos em situação de vulnerabilidade social e que, neste caso, o CRAS é a porta de entrada para a política de assistência social. E isto acontecerá à medida que a política de assistência social se enraíze nos territórios. Nesse sentido, é preciso desenvolver atividades que façam com que essa política e principalmente o CRAS sejam percebidos pela população. Os equipamentos socioassistenciais podem estar nos locais mais estratégicos possível, mas se a instituição se fechar em si mesma, a população não vai legitimá-la naquele lugar.

Nesse sentido, a socialização da informação se torna uma grande aliada, de forma que o corpo profissional que integra a rede da assistência investe na divulgação dos serviços, programas e projetos que são realizados no CRAS . Como consequência disso o equipamento ganha uma maior visibilidade. A partir o momento que a sociedade conhece a existência daquele equipamento é fomentada a vontade de buscá-lo, conhecê-lo e assim o CRAS passa a expandir suas ações e viabilizar direitos a um contingente ainda maior de pessoas²¹

□

²¹ Uma parcela significativa da população não tem conhecimento da existência do CRAS. Como forma de divulgar as ações do equipamento, a equipe realizou no ano de 2015, visitas a comunidades rurais (uma comunidade quilombola e uma comunidade de pescadores) para esclarecer qual a finalidade do CRAS e

É preciso começar a perceber que a socialização da informação é um dos instrumentos que tornam nossas ações visíveis. E se a equipe não utiliza desse instrumento, ela mesma se torna culpada pela não efetivação do trabalho social da política de assistência social.

A população não sabe o trabalho profissional que você desenvolve, não sabe suas ações então é importante perceber que um profissional capacitado e ciente das suas atribuições facilita a efetivação dos serviços.

Nesse sentido, a equipe da Proteção Social Básica do Município de São Gonçalo dos Campos, merece destaque. Ainda que a passos lentos, a partir de 2015 começaram a ser feitas visitas a comunidades tradicionais e específicas, como a Comunidade Quilombola do Bete e a Comunidade de Pescadores Artesanais do Xavante, em que a equipe do CRAS, juntamente com outros técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social divulgaram os serviços ofertados no CRAS e na secretaria do município, bem como a importância do cadastro único (esclarecendo que esse cadastro não se limita ao Bolsa Família. A partir dessa iniciativa, as comunidades começaram a buscar o CRAS, o que significa que a rede de proteção social básica já comporta também aqueles indivíduos.

É válido ressaltar também a importância da interação dos diferentes profissionais que compõe a equipe. Compartilhar vivências, que por vezes até facilita a fluidez do trabalho. Por vezes nos encontramos tão atarefados que nem nos damos conta do que é que o outro trabalha do nosso lado. Às vezes uma família chega é atendido por um profissional, depois é encaminhado para outro e aqueles profissionais não conversam minimamente para saber que situação é aquela que levou a família a ser encaminhada para o CRAS. E aí a família começa a perceber a falta de sintonia no trabalho técnico; vai sempre à instituição, é atendido por pessoas diferente, parece que eles não conversam entre si, o que parece que a sua demanda não tem solução. De tanto

□

de cada serviço ofertado. Na oportunidade foi realizado a atualização do Cadastro Único das famílias, fazendo a marcação referente a grupos populacionais tradicionais e específicos, como a finalidade de viabilizar a essas famílias os recursos federais específicos para eles. A divulgação amplia a cobertura e possibilita acesso a diretos.

“mendigar” a atenção de profissionais capacitados para aquilo e não encontrar nenhum resultado, aquela família deixa de procurar ao CRAS.

As atividades vão se tornando rotineiras. A equipe não dialoga. Às vezes o problema não é resultado da má utilização da técnica. Todos nós temos que conhecer o trabalho do outro, ao mesmo tempo em que não devemos querer ser o outro: *eu conheço o trabalho do psicólogo, do técnico do serviço de convivência, mas eu não atuo como tal*. Por isso é importante definir com clareza a atribuição de cada profissional. Se eu tenho clareza do que é minha competência, diante de um acompanhamento familiar eu sei os limites da minha atuação e a que profissional devo encaminhar.

Diante da complexidade da realidade que atua os profissionais do CRAS, uma questão terminante que se coloca para a equipe é conhecer sob quais condições o serviço ofertado tem possibilidade de contribuir no acesso às informações sociais e culturais. Para que isso se torne possível, terão de avançar para além das medidas imediatas.

Vale ressaltar que essas medidas estão atreladas a um conhecimento mais geral da realidade social que exige uma leitura crítica e rigorosa, pois esta é a ferramenta da equipe multidisciplinar para o desenvolvimento da sua prática e quando tratamos de uma política social, como a da assistência social, que mesmo com tantos avanços, ainda carrega consigo um estereótipo de ações paliativas, é fundamental que cada profissional tenha um direcionamento que o oriente na escolhas dos processos de trabalho e das estratégias no espaço institucional. Enfrentar os desafios que o trabalho em equipe sugere é acima de tudo ter clareza dos princípios e diretrizes que fundamentam o caráter ético-político da atuação.

Diante do que foi apresentado no presente trabalho, por meio do qual buscou-se conhecer o trabalho da equipe Interdisciplinar que atua na Proteção Social Básica, tomando por base de pesquisa o CRAS do município de São Gonçalo dos Campos, podemos concluir que a realização de um trabalho socioassistencial com as famílias é um caminho de possibilidades para se conhecer e realizar trabalhos viáveis ao contexto e demanda vivenciada por cada uma delas. Porém é importante destacar que a

realização de trabalhos socioeducativos, não podem ser compreendidos como ações para “consertar” as pessoas, mas ações que tenham um conteúdo compatível com a realidade social vivenciada por cada uma dessas famílias, na busca em despertar para a conquista da emancipação, da autonomia, com visão crítica da realidade, fortalecendo projetos de vida.. Assim, toda a equipe do CRAS, para realizar este trabalho deve preservar uma postura ética frente às diversas demandas apresentadas, de maneira que seus valores e suas crenças não determinem seu fazer técnico. É importante também preservar as famílias e suas diversas histórias de vida, com o intuito de não cair no paradigma de culpabilização da família por sua situação de pobreza, desemprego, dentre outras situações de vulnerabilidade social.

Historicamente, a assistência social pública tem origem a partir do momento em que a desigualdade social se determina como objeto da ação do Estado, com vistas a garantir o desenvolvimento das sociedades capitalistas, porém marcada pelo ideário cristão. Nesse sentido, culturalmente, a idéia de favor aos pobres está muito mais enraizada do que a concepção de direito do cidadão. Isso gerou um trabalho no campo assistencial caracterizado como um trabalho voluntário, dotado de precariedade, insegurança, descontinuidade e sem base legal. E tendo esses pontos como características muito presentes, o trabalho tinha como reflexo uma visão fragmentada da realidade e descontextualizada do indivíduo/família, baseando-se em ações pontuais e imediatistas, incapazes de promover transformações e de desenvolver autonomia dos sujeitos.

Por fim, é válido ressaltar que o presente trabalho permite refletir sobre a efetivação da Política de Assistência Social no município de São Gonçalo dos Campos e como a equipe atuante na proteção social básica desenvolve esse trabalho em meio a uma conjuntura adversa que resulta da sociedade na qual estamos inseridos; dos gestores responsáveis pelas políticas públicas, pelos mais variados profissionais e suas diferentes formas de compreender suas atribuições e competências e tantos outros fatores que ultrapassam os limites da equipe mas que se fazem presentes como desafios no que se refere a sua atuação.

Quero esclarecer que o intuito deste trabalho não é recriminar a forma como o serviço público é executado até porque hoje as pessoas têm acesso a serviços que antes não tinham, buscou-se somente identificar aspectos que ainda precisam melhorar e que podem melhorar. Para que essa seja a via de fato para oferecermos uma política eficaz é preciso que o trabalho socioassistencial seja executado com capacidade técnica, fundamentado no que estabelece a política de assistência social e orientado por pressupostos éticos.

REFERÊNCIAS:

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2. ed. Brasília: GESST/SER/UnB. 2003.

BRASIL. **Censo SUAS** – Análise dos componentes sistêmicos da Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2014. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Censo%20SUAS%202014_Versao_atualizada.pdf>. Acessado em: 25/01/2016.

BRASIL. **Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12101.htm>. Acessado em: 19/01/2016.

_____. **Concepção de Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gesta_protecaosocial.pdf>. Acessado em 17/12/2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CAD-SUAS. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/visualizarEntidadeConsultaExterna.html?aba=dados_cadastrais&codigo=135403>. Acessado em 20/01/2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS. 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, 2005. Disponível em: <www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/nob-suas.pdf/download>. Acessado em 11/11/2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOBRH/ SUAS**. Brasília, 2006. Disponível em: <www.mds.gov.br/assistenciasocial/.../arquivos/...SUAS.../download>. Acessado em 13/11/2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs>>. Acessado em 13/11/2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Subsídios para a elaboração do PAA Municipal. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagidata/METRO/metro_ds.php?p_id=235>. Acessado em 10/01/2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF – O Serviço de Atendimento Integral à Família- PAIF**, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Volume 1. Brasília. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF – O Serviço de Atendimento Integral à Família- PAIF**, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Volume 2. Brasília. 2012.

CAMPOS, Marta Silva; REIS, Daniela Santos. Metodologias do Trabalho Social no CRAS. *In*: SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. **CRAS: Marcos Legais**. V.1. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/biblioteca/publicacoes/Vol1_CRAS.pdf>. Acessado em: 30/01/2016.

CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS. 2012.

_____. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acessado em: 28/01/2016.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é serviço social?**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. *In*: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009.

_____. Os Espaços Socio-cupacionais dos Assistente Sociais. *In*: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio Críticos**. 9. ed. São Paulo: Cortez. 2007.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetichado: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 6. ed. São Paulo: Cortez. 2011.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 34. ed. São Paulo: Cortez. 2011.

IBGE. Biblioteca. História do Município de São Gonçalo dos Campos-Bahia. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/saogoncalodoscamos.pdf>>. Acessado em 15/12/2015.

LIMA, Lucas Correia de. Serviços Socioassistenciais: o Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na Proteção Social Básica do SUAS. 2015. **Trabalho de Conclusão de Curso** – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/156630/TCC%20Elena%20Andrade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em: 29/01/2016.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Orientações e acompanhamentos de famílias e indivíduos, grupos e famílias. *In*: CFESS; ABEPS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFES/ABEPS. 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 2. ed.- São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Para a crítica da vida cotidiana**. *In*: NETTO, José Paulo e CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (orgs.). Cotidiano: conhecimento e crítica. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acessado em: 02/02/2016.

PEREIRA, P. A. A política social no contexto da seguridade social e do Welfare State: a particularidade da Assistência Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 56, 1998.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. *In*: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. O trabalho do assistente social as políticas sociais. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 4, p.37- 50. 2000.

PREFEITURA Municipal de São Gonçalo dos Campos. Disponível em: <<http://www.saogoncalodoscamos.ba.gov.br/index.php?view=a-cidade>>. Acessado em 10/01/2016.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na Prática a Teoria é Outra?** Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. 1. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris. 2010.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 4. Ed. V.3. São Paulo: Cortez. 2010.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência Social: de ação individual a Direito Social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC n.10 – jul/dez. 2007. Disponível em: <http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf>. Acessado em 15/12/2015.

SPOSATI, Aldaiza. Territorialização e desafios à gestão pública inclusiva: o caso da Assistência Social no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACION PÚBLICA, 13, 2008, Buenos Aires. **Anais...** Argentina, 2008. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/hotsites/seges/clad/documentos/sposati.pdf>>. Acessado em: 19/12/2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. *In*: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009.

APÊNDICE :**Roteiro de entrevista semi-estruturado para a equipe multidisciplinar atuante no CRAS**

Nome:

Idade: _____

Formação: _____

Função: _____

Tipo de vínculo empregatício: _____

Tempo de atuação profissional no CRAS _____

1. Como é a sua rotina de trabalho?
2. Como você percebe a importância do trabalho desenvolvido pelo CRAS junto à comunidade?
3. Como você percebe a sua atuação dentro do que é proposto no CRAS?
4. Como você entende a atuação do assistente social nesse espaço sócio-ocupacional?
5. Existe alguma história que marcou a sua atuação profissional? Relate

**Roteiro de entrevista semi-estruturado para os Assistentes Sociais
atuantes no Centro de Referência da Assistência Social de São Gonçalo dos
Campos**

Nome:

Ano de formação:

Instituição de formação:

Formação continuada:

Especialização ()

Mestrado ()

Doutorado ()

Outros ()

Tipo de vínculo empregatício: _____

1. Tempo de atuação como assistente social: _____

2. Tempo de atuação profissional no CRAS: _____

3. Carga horária de trabalho: _____

4. Como é a sua rotina de trabalho no CRAS?

5. E sua rotina junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?

6. Existe alguma história que marcou a sua atuação profissional? Relate

7. Quais as demandas mais recorrentes:

8. Quais instrumentais técnico-operativos mais utilizados?

9. Quais os principais desafios enfrentados no seu campo de atuação?

10. Qual a importância do Serviço Social dentro do CRAS?

11. Como você percebe que os demais componentes da equipe enxergam o Serviço Social?
12. Como você avalia seu desempenho no seu trabalho?

Anexos

Anexo I:**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

TÍTULO DA PESQUISA: Os desafios da atuação profissional da equipe que compõe a Rede de Proteção Social Básica do Município de São Gonçalo dos Campos

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB - Coordenação de Serviço Social.

Eu _____, declaro que estou ciente da minha participação na pesquisa como o título acima citado.

A minha participação será respondendo a um instrumento de pesquisa de cunho acadêmico acerca do trabalho desenvolvido no Centro de Referência da Assistência Social do Município de São Gonçalo dos Campos.

Fica acordado que todas as informações prestadas serão utilizadas com intuito de possibilitar a realização da pesquisa e publicação das informações e que todos os meus dados de identificação serão preservados.

Estou ciente que se trata de uma atividade voluntária e que a participação não envolve remuneração. Tenho total liberdade de não responder a determinadas questões, tirar dúvidas durante o processo de estudo, excluir do material da pesquisa informação que tenha sido dada ou desistir da minha participação em qualquer momento da pesquisa, exceto após a publicação dos resultados.

Após ter lido e discutido com a pesquisadora os termos contidos neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar da pesquisa. A minha participação é formalizada por meio da assinatura deste termo em duas vias, sendo uma retida por mim e a outra pela pesquisadora.

São Gonçalo dos Campos- BA, ____/____/20____.

Participante - Assinatura: _____

Pesquisador - Assinatura: _____